

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
HISTÓRIA

ORLANDINO GONÇALVES NETO

**UM OLHAR DA PERIFERIA: DOM FERNANDO GOMES DOS SANTOS  
E O IMPACTO DO CONCÍLIO VATICANO II NO CATOLICISMO GOIANO**

GOIÂNIA

2019

ORLANDINO GONÇALVES NETO

**UM OLHAR DA PERIFERIA: DOM FERNANDO GOMES DOS SANTOS  
E O IMPACTO DO CONCÍLIO VATICANO II NO CATOLICISMO GOIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História pela Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Eduardo Gusmão Quadros

GOIÂNIA

2019

G635o Gonçalves Neto, Orlandino

Um olhar da periferia : Dom Fernando Gomes dos Santos e o impacto do Concílio Vaticano II no catolicismo goiano / Orlandino Gonçalves Neto.-- 2019.

92 f.

Texto em português, com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2019

Inclui referências: f. 88-92

1. Igreja Católica - Arquidiocese de Goiânia (GO) - Bispo (1957-1985 : Fernando Gomes dos Santos). 2. Concílio Vaticano - 2., 1962-1965. 3. Catolicismo - Goiás (Estado). I. Quadros, Eduardo Gusmão de. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em História - 2019. III. Título.

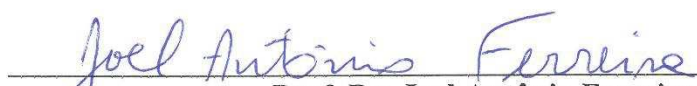
CDU: Ed. 2007 -- 272-732.3(043)


**UM OLHAR DA PERIFERIA: DOM FERNANDO GOMES DOS SANTOS E O  
IMPACTO DO CONCÍLIO VATICANO II NO CATOLICISMO GOIANO**

Dissertação aprovada em 22 de março de 2019, no curso de Mestrado em História da Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros**  
PUC Goiás / Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Joel Antônio Ferreira**  
PUC Goiás / Examinador Interno

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Sérgio Ricardo Coutinho**  
UPIS / Examinador Externo

\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro**  
UEG / Suplente

\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Marlene Castro Ossami de Moura**  
PUC Goiás / Suplente

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos ao ETERNO, que mexeu o grande tabuleiro da existência e colocou uma infinidade de pessoas para estarem ao meu lado, sem as quais certamente não teria conseguido chegar até aqui.

A meus pais, ABELARIO e Dona MARIA (que fisicamente não está aqui), meu infinito agradecimento. Obrigado pelo sustento físico, moral e espiritual.

A minha eterna namorada LUCIENE, por ter idealizado meu projeto, por ter me dado todo apoio possível. Por ser ela, a primeira leitora dos meus textos, por sempre dizer com um doce sorriso em seu rosto: “Você está crescendo!”. Em meio às crises do curso, ali também estava ela, lutando lado a lado a minha guerra. Obrigado minha amada.

Aos meus filhos Daniel Gonçalves e Maria Eduarda Gonçalves, que literalmente foram sacrificados sem nenhuma reclamação, logo eles, minha razão de viver.

A todos os meus familiares que de uma forma direta ou indireta fazem parte dessa caminhada.

Ao meu orientador, Dr. EDUARDO QUADROS, que ao final desse processo passou da figura de um professor orientador à condição de AMIGO. Sempre disponível e disposto a ajudar, se um dia for orientar alguém, não terei nenhuma dificuldade, pois vou imitar sem reservas ao meu AMIGO-ORIENTADOR.

A meus colegas do mestrado, pelos momentos divididos juntos, foi bom poder contar com vocês (sentirei eterna saudade do café filosófico de todas as segundas).

A todos os mestres e mestras, vocês também foram referenciais para mim! E aos funcionários da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Agradeço também à professora Dr<sup>a</sup>. THAIS ALVES MARINHO, que além de sua grande capacidade acadêmica, nunca mediu esforços para o bom andamento do curso. Sempre atenta as necessidades da turma, buscando os meios e suportes para o sucesso pleno da turma.

## RESUMO

Esta dissertação buscou perceber a partir da visão da “periferia” (centro-oeste do país) o impacto do Concílio Vaticano II no catolicismo brasileiro. O recorte temporal vai da Convocação do Concílio Vaticano II (1959) até a realização da Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, na Colômbia (1968). Nossa proposta teórico-metodológica gira em torno dos conceitos de representação e apropriação, conforme Chartier (1988), Pesavento (1994) e Dussel (1986). Em nosso estudo, discutiremos como os bispos e os agentes da Igreja participaram da elaboração do novo postulado de doutrinas e práticas católicas, como reproduziram a mensagem advinda de Roma, destacando também, os modos de apropriação na implantação das mudanças na Arquidiocese de Goiás. O Concílio Vaticano II não foi um fenômeno eclesialístico somente, mas respondeu tanto a anseios internos (Igreja) como a externos (sociedade), relação importante em nossa análise. Pode ser apontado como uma reforma institucional, teológica, mas também como mudanças na prática eclesialística, inspiradas pelo retorno às origens do cristianismo e à revelação divina. Isso implicou em novos compromissos, guiando a Igreja para a opção pelos pobres.

**Palavras chave:** Concílio Vaticano II, Arquidiocese de Goiânia, D. Fernando, Reformas Sociais.

## **ABSTRACT**

The aim of this dissertation is to perceive the impact of the Vatican II Council in the Brazilian Catholicism based on the vision of the periphery (Mid-West of Brazil). The chronological scope extends from the convocation of the the Vatican II Council (1959) to the realization of the General Conference of the Latin American Episcopate in Medellin, Colombia (1968). Our theoretical methodological proposal revolves around the representation and appropriation concepts according to Chartier (1988), Pesavento (1994) and Dussel (1986). In our study we will discuss with the bishops and the church agents who took part in the elaboration of the new postulate of catholic doctrines and practices as they reproduced the message coming from Rome highlighting as well the means which was used by them to implement the changes. The Vatican II Council was not only an ecclesiastical phenomenon but also responded to the internal (Church) and external (Society) expectations, according to Beozzo (2003). It can also be appointed as an institutional, theological and parcatical because it implies a return to the origins of the primitive Christianity. Finally we will try to understand the option of the Church for the poor.

Keywords: Vatican II Council, Goiânia Archdiocese, D. Fernando, Social Reforms.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I - O CATOLICISMO RUMO A UMA NOVA ERA .....</b>	<b>18</b>
1.1 UMA CONVOCAÇÃO QUE ABALOU O MUNDO: O ANÚNCIO DO CONCÍLIO VATICANO II.....	18
1.2 VISÕES DO CONCÍLIO VATICANO II .....	26
<b>CAP. II - OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA (1959-68).....</b>	<b>35</b>
2.1 A FORMAÇÃO PASTORAL DE D. FERNANDO .....	36
2.2 AÇÕES PASTORAS DO BISPO NO NORDESTE DO BRASIL.....	38
2.3 O AGENTE DA TRANSFORMAÇÃO ECLESIOLOGICA DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA.....	40
2.4 O PROCESSO DA TRANSFORMAÇÃO DO POSICIONAMENTO SOCIAL DE D. FERNANDO.....	48
<b>CAP. III - SEM VIOLÊNCIA E SEM MEDO: A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>58</b>
3.1 O QUE É O CONCÍLIO?.....	58
3.2 O QUE PODEMOS ESPERAR DO CONCÍLIO?.....	59
3.3 O QUE PODEMOS FAZER PELO CONCÍLIO? .....	60
3.4 O CONCÍLIO ECUMÊNICO CHEGOU.....	64
3.5 A SEGUNDA SESSAO DO CONCÍLIO VATICANO II.....	69
3.6 O PÓS-CONCÍLIO NA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA.....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>88</b>



## INTRODUÇÃO

Este trabalho se debruça sobre a participação dos bispos brasileiros no Concílio Vaticano II (1959-1965), de forma específica, busca perceber a atuação de Dom Fernando Gomes dos Santos, bispo da Arquidiocese de Goiânia, e como fizeram, juntamente com outros atores sociais e eclesiais, a recepção deste evento eclesial na Igreja local. Este processo ocorreu paralelamente ao contexto de expansão da fronteira econômica e de formação de uma dominação oligárquica na condução da política regional e local de nosso Estado.

Procuraremos perceber a visão da “periferia” já que o Concílio foi realizado na Europa, usando uma abordagem sociológica. O eurocentrismo tradicional entende que a Europa é o “centro do mundo”, assim todas as outras nações estão em posições menos importantes, na periferia. Já que estamos, semelhantemente, fora do grande centro das discussões políticas e econômicas do país (Sudeste e Sul), o Centro-oeste seria uma região “periférica” do Brasil no Concílio. Isso revelará muitas contradições e lentas adaptações.

O recorte cronológico escolhido foi da convocação do Concílio Vaticano II até a realização da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia (1962-1968), um marco na recepção conciliar.

Nossa proposta teórico-metodológica gira em torno dos conceitos de representação e apropriação, conforme Roger Chartier. O evento Vaticano II e sua recepção pelos *sujeitos-agentes* (bispos, padres, religiosas, agentes de pastorais e leigos) da Igreja-local (diocese), em Goiânia, possibilitou uma maior comunhão da Igreja. Desta forma, a Igreja Católica de Goiana alcançou uma nova *postura pastoral na qual o cuidado e a comunhão passaram a ser o foco central*. A Igreja voltou seu olhar para o povo, ou seja, o clero buscou “ouvir a voz dos fiéis”.

Nossa pesquisa consiste numa análise da Recepção e Apropriação do Vaticano II, Concílio que mudou as diretrizes da Igreja Católica, tendo como referências as obras e políticas do Arcebispo da Arquidiocese de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos.

Os Concílios sempre suscitaram intenso interesse entre os cristãos, embora a participação direta e efetiva nas assembleias não ocorra. Na perspectiva de Alberigo (1995), são deliberações externas. Contudo, os trabalhos conciliares geram expectativas de transformações e intenso envolvimento dos fiéis.

Para CONGAR, Yves (1997), os elementos que compõe o Concílio são os documentos oficiais, o evento em si e a recepção. A recepção seria o grande ápice, pois revela quais dimensões foram capazes de passar para o cotidiano das pessoas, que outras não foram

assimiladas e até mesmo abandonadas. Em outras, o que passou a fazer parte do mundo tanto das pessoas como da Igreja.

O contexto da Igreja Católica do Brasil anterior ao Concílio Vaticano II era de uma intensa busca por renovação. Segundo Mariane (1994), existia uma tensão entre o universo teórico das doutrinas e sua prática. Contudo, essa tensão não deveria ser evitada, mas assumida através da fidelidade vivenciada dos princípios evangélicos de pobreza, da busca de comunhão e serviço. Esta foi, talvez, a grande descoberta consolidadas pelo Vaticano II.

Verificou-se, também, um deslocamento do conceito de fiel, para o conceito de leigo. Essa mudança conceitual indicava que toda a Igreja deveria estar voltada aos cuidados pastorais do povo. Esse movimento implicou em uma intensa participação, engajamento e multiplicação dos fiéis nas práticas e ritos da Igreja.

Para Mariane (1994), a concepção da comunidade eclesial de base não é uma simples divisão estrutural paroquial, mas constitui de forma concreta o ideal de Igreja sintetizado pelo Concílio Vaticano II. Estamos diante de uma mudança de paradigma, pois o povo que se encontrava dispersos em extensas áreas rurais, em pequenas vilas e cidades do interior, são convocados à integração e participação direta.

O Concílio Vaticano II não foi apenas um fenômeno eclesiástico, mas respondeu a anseios internos da Igreja e aos externos da sociedade. Desta maneira pode ser apontado como uma reforma institucional, teológica e prática da volta às origens do cristianismo. Através dos documentos e decisões, contemplamos um novo modo de conceber e entender as Celebrações, de enxergar no Movimento Ecumênico e de atuar pastoralmente. Segundo Junges (2012), o Concílio Vaticano II se caracterizou por um cunho pastoral de compreensão sobre a presença da Igreja e dos cristãos católicos no mundo de hoje sendo este o seu legado primordial.

Apesar da grandeza do tema, surpreende o número um tanto reduzido de monografias científicas dedicadas às relações entre o Vaticano II e a seu impacto na cultura do povo goianiense. O tema em questão merece ser levado em consideração pelo próprio fato de que em toda história da Igreja nenhum concílio foi submetido a uma renovação teológico-científica tão grande como no Vaticano II; nenhum outro Concílio anterior influiu mais do que este no desenvolvimento dos métodos eclesiásticos, da linguagem e de toda instrumentalização da teologia.

Na realidade, o Vaticano II deve ser visto como um evento extraordinário que de forma incisiva transformou a maneira de perceber o mundo da comunidade cristã. Já em seu discurso de abertura, o papa João XXIII apontou para a necessidade de responder aos anseios

do homem, ou seja, a temática central deveria estar focada no “pastoreio” e não nas infinitas discussões teológicas.

O pano de fundo da pesquisa será o impacto do Concílio Vaticano II (1962-65) na Arquidiocese de Goiânia e seus desdobramentos sociais, políticos, culturais e, principalmente, religiosos.

Seguindo a análise do Concílio feita por Beozzo (2003), deve-se atentar para algo relevante: a construção do Concílio seguiu a orientação de teólogos europeus e faz-se necessário o estudo da percepção e da recepção dos teólogos latino-americanos aos documentos conciliares. Para o autor, o documento encontrou no Brasil “um campo privilegiado de sua recepção”. Alguns fatores contribuíram para essa realidade: primeiro, a comunhão dos bispos, pois moravam juntos em Roma; segundo, o intercâmbio teológico, pois estavam reunidos com os maiores teólogos europeus; terceiro, a criação do importante PPC – Plano Pastoral de Conjunto, que favoreceu a implantação das decisões conciliares. Esse envolvimento dos bispos brasileiros, ou seja, a comunhão e também o debate para aplicação dos conceitos conciliares, seja o grande fator diferenciador da sua recepção na América Latina em relação à recepção europeia.

Quando utilizamos um olhar regional para o evento, destaca-se a participação dos bispos brasileiros na divulgação e recepção do Concílio. Contudo, podemos afunilar um pouco mais esse olhar, tratando da participação do arcebispo da arquidiocese de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos, percebendo que este bispo já se destacava mesmo antes do Concílio por sua luta pela reforma agrária em terras da Igreja e que durante a participação do Concílio pregou a necessidade de uma opção pelos pobres.

Diante do exposto, o que justifica a escolha do tema a ser trabalhado, é a necessidade de refletir em que medida a sociedade goianiense foi impactada pela implantação da visão produzida no Concílio do Vaticano II, além de discutir a contribuição do documento para a formação dos valores sociais da sociedade goiana. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o Concílio Vaticano II deixou como herança, um novo espírito e um novo modo de posicionar-se no mundo e na sociedade, caracterizado essencialmente por uma atitude de abertura colaborativa e dialogante.

A nossa pesquisa terá como foco teórico a história cultural, conforme foi proposta por Roger Chartier. Analisaremos a mudança dos paradigmas da Igreja a partir das intervenções dos bispos brasileiros, em especial, a participação do bispo paraibano Dom Fernando Gomes dos Santos e suas correspondências com a Arquidiocese de Goiânia no período da Convocação, Realização e Recepção do Concílio Vaticano II (1959-1968).

Com sua nova abordagem cultural, Chartier (1988) considera de maneira interligada a Representação, a Apropriação e Ação Prática resultante dos textos recebidos. Em nossos estudos, discutiremos como os bispos e os agentes da Igreja participaram da elaboração do novo postulado de doutrinas e práticas católicas, como reproduziram a mensagem advinda de Roma, destacando também, quais meios foram utilizadas por eles na implantação das mudanças.

A historiadora Sandra Pesavento foi uma das grandes expoentes da história cultural no Brasil, daí a justificativa para nos apoiarmos em seu trabalho sobre a experiência urbano e suas leituras da realidade (1994), para nossa abordagem local do tema. Recorremos também aos estudos de Borges (2008), em sua análise da ação de Dom Fernando Gomes dos Santos diante da Arquidiocese de Goiânia. Ela pesquisou suas ações e correspondências, registradas na Revista da Arquidiocese de Goiânia (1957-67). Por fim, buscaremos na própria obra de D. Fernando, em textos produzidos por ele, os elementos transformadores da cultura religiosa da Arquidiocese de Goiânia.

Podemos definir como objetivo central da pesquisa compreender historicamente as transformações provocadas pelo Concílio Vaticano II na Arquidiocese, buscando entender essa nova relação entre a Igreja e a Sociedade. Mas de forma mais específica pretendemos:

- a) Perceber como o episcopado latino-americano interpretou as decisões do Concílio do Vaticano II através da Conferência de Medellín, que contribuíram para que se efetivasse uma prática pastoral mais ligada à promoção social;
- b) Entender como a sociedade goianiense foi impactada pelas novas diretrizes da Igreja Católica;
- c) Identificar os valores sociais que foram alterados pela ação direta do Concílio e pela nova eclesiologia proposta: a Igreja é o “povo de Deus”;
- d) Aprofundar a compreensão do diálogo proposto pela igreja católica com a sociedade com a finalidade de superar as relações de desigualdade.

Como já dissemos anteriormente, o trabalho tem como referencial teórico a história cultural (Pesavento e Chartier), mas coadunamos com o pensador latino-americano Enrique Dussel (1986) para aprofundar na hermenêutica conciliar. Esses teóricos contribuíram ao discutir temas não privilegiados pela historiografia, tais como a exclusão social, política e religiosa. Temas que se adéquam às ênfases dadas durante o episcopado de Dom Fernando Gomes dos Santos.

Das fontes mais utilizadas nesta pesquisa, podemos destacar as crônicas e os relatos, os documentos oficiais publicados, principalmente nas páginas da Revista da Arquidiocese. Neste registro de um agente histórico real, buscamos compreender vontades, desejos, equívocos, da dinâmica sócio-religiosa. Entre as diferentes perguntas que guiam essa perspectiva uma nos parece central: Como o evento Concílio Vaticano II foi dado a ler? Como foi apropriado localmente? Que relações poderiam ser traçadas entre o que “realmente” existiu e aconteceu e as formas pelas quais os documentos produzidos foram apropriados, interpretados, construídos?

Pesavento (1994) afirma a necessidade de um novo olhar sobre a realidade social. Esse olhar seria possibilitado pela Nova História Cultural e pelos estudos do imaginário. Adotando esta postura, a autora postulava, então, que a história abdicasse do propósito de atingir uma verdade científica e única. A história deve abrir seu leque de possibilidades, reconhecendo a necessidade da subjetividade. Dessa abertura teórica nascem as novas e fundamentais questões. O historiador busca em seu esforço a reconstrução da representação coletiva, do imaginário, que pode incluir as crenças religiosas.

O conceito de representação e de apropriação será, portanto a base teórica de pesquisa. Pergunta-se como a população goianiense apropriou-se, interpretou e reproduziu as diretrizes traçadas do Vaticano II. A autora propôs um novo olhar sobre a realidade. Esse olhar seria possibilitado pelos estudos do imaginário social.

Portanto a pesquisa busca encontrar a relevância do simbólico, as maneiras pelas quais ele é interpretado, da mesma forma que busca perceber a capacidade da igreja goianiense de dar sentido ao seu mundo e agir partindo das mudanças geradas pelo impacto do Concílio Vaticano II.

Segundo Barros (2005), a história cultural não se limita a analisar apenas a produção cultural oficialmente aceita pela historiografia tradicional, mas, procura designar toda historiografia que se volta para o estudo da dimensão simbólica de uma determinada sociedade historicamente localizada. Os elementos essenciais da teoria de Chartier formam uma estrutura teórica pertinente para a análise do impacto do Vaticano II na sociedade goianiense, considerando a religião um campo fundamental da cultura.

A história cultural se ocuparia do estudo da cultura no sentido antropológico, pois não se pode negligenciar o fato de que toda a vida humana está inserida no mundo da cultura; Podem ser aí incluídas as tradições educativas, as adesões religiosas, as solidariedades territoriais e os hábitos sociais.

A contribuição de Roger Chartier está na elaboração destas noções, relacionadas à pesquisa histórica. Diante desse horizonte teórico, podemos olhar tanto para os agentes “produtores” da cultura como para os “receptores”. Em nosso caso específico, contemplaremos a elaboração das mudanças promovidas pelo Vaticano II, as práticas e representações dos bispos da Igreja, bem como os modos de apropriação por parte da Arquidiocese de Goiânia.

A noção de práticas culturais deve ser pensada não somente no contexto das instâncias oficiais de produção cultural, ou seja, as instituições, mas em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pela história.

Essa visão da história enfatiza as práticas culturais e, ao mesmo tempo, como elas transmitem aos sujeitos determinadas representações destinadas a moldar os padrões de comportamento. As representações podem incluir os modos de pensar e de sentir de um universo coletivo, mas não se restringem a eles. Tal como afirmou Le Goff (1994), a representação envolve o esforço de traduzir mentalmente uma realidade exterior percebida.

Segundo Chartier (1990), as representações são importantes principalmente em contextos de lutas ideológicas, que por sua vez produzem inúmeras apropriações possíveis, de acordo com as respectivas motivações e necessidades. A representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado. Como também é a apresentação de uma presença, ou seja, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.

Após a contemplação da prática social em questão, o Concílio Vaticano II foi um evento histórico percebido, traduzido e apropriado pelos bispos de todo o mundo. Foram também ao Concílio os bispos de Goiás, representando os anseios da população católica do estado. Portanto, entra em cena a noção de apropriação, entre as transformações da prática e as representações assimiladas e reproduzidas socialmente, especialmente por meio da instituição eclesiástica.

Por fim, procuraremos entender os fundamentos da história da igreja na América Latina à luz dos postulados de Enrique Dussel (1986), o qual reflete sobre a questão dos critérios e da periodização da história, bem como da interpretação dos eventos eclesiásticos. Suas ideias se tornaram extremamente importantes para o nosso objeto de pesquisa, por considerar o pobre como eixo interpretativo.

Segundo Dussel (1986), o estudo da história precisa ter um marco teórico claro. O “pobre” é o sujeito histórico para uma Igreja que se renovava e isso ficou explícito na Conferência de Medellín. A pergunta filosófica precisa ser respondida: Afinal quem é este

pobre? Como ele está presente nos textos eclesiais? A quem interessa a sua pesquisa? Como reagiram diante das mudanças promovidas pelas decisões conciliares? O autor escreve que:

Num sentido mais amplo, mas sempre válido, pode chamar-se de pobre o dominado dentro de uma totalidade prático-produtiva. Pobre seria assim o escravo do Caribe, o índio trabalhador de uma fazenda, o camponês assalariado, o operário industrial, que estão estruturalmente incluídos nessa totalidade prático-produtiva como parte funcional do sistema (p. 52).

Ser pobre num sentido sociológico seria fazer parte de uma classe oprimida e trabalhadora. Então, não existe o miserável, o marginal, mas existe alguém que cumpre com os anseios da classe dominante, não os seus próprios interesses. Na lógica interpretativa de Dussel, em todo sistema, o trabalhador não necessário é expulso e fica desempregado. Esta expulsão do pobre é cada vez mais frequente na América Latina e merece a atenção da igreja.

Entretanto, o pobre solitário e isolado, é uma abstração. Sempre se está em comunidade, socialmente concreta, na dinâmica histórica. Assim, o “povo” é justamente o conceito comunitário de “pobre”. Voltemos à pergunta inicial: É então possível escrever uma história da Igreja e do Concílio a partir do ponto de vista da periferia e do povo oprimido? Tentamos fornecer em nossa análise esse olhar. Para não deixar dúvidas, esclareço que ao falar de povo oprimido, estamos falando dos moradores de rua, dos camponeses explorados pelos latifundiários, dos moradores das favelas sem as mínimas condições de saneamento, as prostitutas, a mão de obra operária explorada pela classe dominante, os negros que sofrem toda forma de preconceito.

Conforme Dussel (1986), a partir do Concílio Vaticano II a Igreja se define como o “povo de Deus”. Esta palavra “povo” tem um sentido eclesiológico, o qual não coincide exatamente com o “povo” das ciências sociais. Desde o tempo do concílio, começou-se falar da “Igreja dos pobres”. Então, isso significa que o próprio povo de Deus, em geral, precisava se comprometer com os oprimidos. Para Dussel (1986), tratava-se de uma participação da vida eclesial na vida do povo e dos pobres. Nascia, assim, um novo modelo de igreja.

Quando apresentamos a tentativa de escrever uma história da Igreja a partir do ponto de vista do povo oprimido, pode-se cair no erro de pensar que já houve alguma história não ligada a nenhuma práxis. Dussel (1986) busca separar o estudo histórico da Igreja, da instituição, de seu movimento social e do estudo de sua teologia. Para ele, a história da Igreja, como a história do sindicato, dos operários, ou qualquer outra, faz-se dentro das exigências da ciência histórica, rigorosa, ou seja, que a história da Igreja deve ser plenamente científica. A

própria lógica da comunidade científica, a qual inclui competição entre os pesquisadores, remuneração e prestígio são diferentes da lógica da comunidade religiosa, a qual está submetida a hierarquias, licenças oficiais, a articulação diversa com grupos políticos, tensões comuns como as que existem na pesquisa histórica brasileira. A história precisa ser científica, porém, sua produção teórica está condicionada por diferentes interesses práticos que não deixam de constituir seu próprio discurso.

Para concluir, Dussel (1986) apresenta a questão do destinatário da escrita, pois esse determina epistemologicamente o próprio modo de discurso histórico e o marco teórico interpretativo. Pesquisar a partir de uma comunidade científica não é o mesmo que pesquisar e expor a partir de uma comunidade religiosa. A comunidade religiosa pode ter um aspecto científico-teórico, mas ela comporta um compromisso prático, valores distintos e crenças fundamentais.

Para fazer uma história da Igreja de forma científica, que tome uma posição epistemológica de interpretar a realidade a partir dos pobres, utilizando certas categorias analíticas previamente definidas, articulando com a prática do povo, faz-se necessário que parta de um novo paradigma e que se lance novas perguntas ao antigo objeto. Durante a pesquisa, precisa vir à tona essa problemática diante do material documental, para responder às novas perguntas.

Para desenvolver esta investigação serão abordados dois tipos básicos de pesquisa: a *bibliográfica* (as fontes secundárias), constituída principalmente de artigos científicos, teses, dissertações, artigos e livros; e a *documental* (fontes primárias), as quais foram investigadas no acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central. Dentre estas fontes destacamos as 14 caixas contendo as cartas pastorais de D. Fernando Gomes dos Santos, artigos, homilias e documentos diversos ligados à Arquidiocese de Goiânia. Em síntese, utilizou-se a seguinte documentação:

- Documentação de D. Fernando localizada no Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central:

Temos caixas com os mais variados documentos, como cartas, fotos do evento, reportagens e artigos. Destacam-se as intervenções proferidas por D. Fernando no Concílio (caixa 12). É relevante ressaltar que no arquivo encontra-se além destes documentos, existem 05 caixas de documentos do VATICANO II.



- Jornais do período:  
Tribuna de Anápolis (1956-58); O Alfinete (1961); 4º Poder (1962/64); Brasil Central (1959/64); Cinco de Março (1958-1979);
- Concílio Vaticano II (1962-1965): mensagens, discursos e documentos. Tradução Francisco Catão, - 2. ed. – São Paulo: Paulinas, 2007.

O texto é composto por três capítulos, no primeiro faremos uma apresentação histórica da preparação, convocação e realização do Concílio Vaticano II. Após apresentação histórica do evento, ressaltaremos a importância do que foi esse Concílio tanto para Igreja como para o mundo, pois é considerado um dos maiores eventos do século XX.

No segundo capítulo, serão trabalhados os aspectos históricos da recepção do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Goiânia no período de 1964 a 1968. Dentro dessa perspectiva estudaremos a formação teológica e antropológica de D. Fernando e como sua mudança pessoal alcançou tanto a Arquidiocese como a comunidade de Goiânia.

O último capítulo, “Sem violência e sem medo: a questão dos direitos humanos” buscará apresentar o impacto direto do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Goiânia principalmente no que se refere às lutas sociais. Desse modo, acompanharemos a trajetória de D. Fernando à frente das grandes transformações no catolicismo goiano. A definição pelos pobres trazida pelo Concílio Vaticano II (62-65), reforçada pela Conferência de Medellín (68) e a sua recepção pela Arquidiocese de Goiânia está registrada nas Revistas da Arquidiocese, que será o nosso guia nesta pesquisa.

## CAPÍTULO I - O CATOLICISMO RUMO A UMA NOVA ERA

A reconstrução tanto do acontecimento propriamente dito, como do espírito que marcou o anúncio, a preparação, o clima e o próprio Concílio Vaticano II é proposta desse capítulo. Temos então como pretensão não apenas retomar as decisões do Concílio, mas procurar o significado para além do plano eclesiológico desse evento. O concílio promoveu a transformação do modelo tanto de ser como de pensar do cristianismo.

### 1.1 UMA CONVOCAÇÃO QUE ABALOU O MUNDO: O ANÚNCIO DO CONCÍLIO VATICANO II

No dia 25 de janeiro de 1959, João XIII anunciou a convocação do Concílio Vaticano II, em menos de noventa dias de sua eleição como sucessor de Pio XII, abalando o mundo conforme Alberigo (1996). Mas antes de continuar o relato desse evento, considerado pela Igreja como o mais relevante dos últimos séculos, precisamos nos deter por instantes na pessoa do novo Papa que logo no início de seu pontificado já anuncia a convocação de um Concílio.

Segundo a Revista da Arquidiocese (1963), Ângelo Giuseppe Roncalli, futuro papa João XXIII, nasceu no dia 25 de novembro de 1881, em Sotto il Monte (Bérgamo). Em 1904 formou-se em teologia e foi ordenado sacerdote. Atuou como Secretário Particular do Bispo de Bérgamo por dez anos e também como professor de História Eclesiástica no Seminário Episcopal. Na Primeira Guerra Mundial serviu com Sargento e Capelão do Exército Italiano em 1914. No fim da guerra, funda em Bérgamo uma casa do estudante e por dois anos é diretor espiritual do seminário. Eleito bispo em 1925 sendo designado como delegado apostólico na Turquia e Grécia. Em fins de 1944, recebe a nomeação de núncio apostólico em Paris (Segunda Guerra). Em 1953 foi nomeado Arcebispo de Veneza por Pio XII. Coroado em novembro de 1958, faleceu em 1963, tendo como sucessor Paulo VI.

João XXIII não deixava dúvidas acerca do caráter definitivo de sua decisão, aponta Alberigo (1996). Ele tinha consciência da natureza extraordinária de seu ato, sem falar que as circunstâncias históricas (“guerra fria”) não eram adequadas para a convocação de um Concílio Ecumênico. Poderia ainda ser apontada a idade do papa (77 anos) como elemento contraditório, pois para execução de um projeto de longo tempo requer-se alguém com esse perfil. Uma prova disso foi que antes do término do Concílio João XXIII faleceu.

Parece que admitir a necessidade de uma renovação doutrinária, litúrgica e a busca por uma Igreja mais aberta aos novos modelos de mundo e sociedade não é algo fácil, implica em admitir que as ações anteriores já não alcancem seus propósitos.

Alberigo (1996) insiste que é fundamental a pergunta sobre qual foi o significado do anúncio de 25 de janeiro de 1959. O concílio seria apenas a continuidade do Vaticano I (1869 a 1870)? Seria um ato livre e independente do novo Papa? De fato o anúncio pegou de surpresa as lideranças eclesiais? Estaríamos diante de um ato desconcertante, fadado a ser julgado como uma decisão equivocada? Haveria espaço para algo diferente?

O anúncio de um Concílio Ecumênico trazia de volta, mesmo que de forma inesperada para o primeiro plano a identidade espiritual da Igreja Romana, o cuidado pastoral do rebanho será colocado como condição fundamental para o seu crescimento. Sem falar na extraordinária possibilidade da convocação do mundo católico para um repensar da sua estrutura, estrutura que era comunicada do vértice (o papa) aos inferiores, do Vaticano aos fiéis. Visto que o anúncio de qualquer reforma implica naturalmente o reconhecimento do envelhecimento estrutural.

Na percepção de Alberigo, João XXIII define o propósito do concílio em poucas palavras:

Luz, edificação e alegria de todo povo cristão... amável e renovado convite aos fiéis das igrejas separas a participarem conosco dessa reunião de graça e fraternidade, por que tantas almas anseiam de todos os pontos da terra (p. 33-34).

João XXIII não pretendia condenar erros ou enfrentar os grandes debates teológicos da história do cristianismo. Era um projeto sintético, projeto tão simples que suscitava incertezas numa comunidade que era acostumada a receber diretrizes do Vaticano, agora recebera um convite para construção de um novo tempo para a Igreja. A mudança de um paradigma em qualquer área gera conflito, mesmo que esteja desgastada, além de que a opção de João XXIII foi de esclarecer as metas do concílio de forma gradual, fator que deveria criar um clima de expectativa e assim ganhar forças a cada anúncio.

O anúncio do Concílio estabelecia um ato cabal. Nos anos seguintes, as nações cristãs e o mundo secular, foram convocados para participarem do projeto roncallino. O catolicismo movimentava-se novamente, assim como a sociedade era impulsionada à renovação de seus valores, a comunidade cristã impactou o mundo novamente.

João XXIII, desde o início de seu pontificado, foi marcado por atitudes pastorais, atitudes que constituíram o pano de fundo do concílio, ou seja, a Igreja incluiu nos seus

debates grupos sociais minoritários e sem expressão. Sem falar que a proposta do papa mudou a geografia da Igreja, é notório a centralização dos cargos relevantes e do debate teológico entre os europeus e os norte-americanos. Agora o mundo estava sendo convidado para participar do conclave, ou seja, estava sendo convidado para fazer parte direta ou indiretamente do fato político que causaria a grande mudança na essência do catolicismo.

O anúncio do Concílio Ecumênico provocou um acelerado rumo ao itinerário da unidade cristã. Alberigo (1996) registra o recebimento dos representantes das Igrejas Ortodoxas por João XXIII, o clamor para uma aproximação e debate sobre o ecumenismo foi recebido com muito bons olhos pela Igreja de Antioquia. Todavia, as reações mais favoráveis à alocução do Papa vieram de Genebra da sede do Conselho Ecumênico de Igrejas por iniciativa do seu secretário-geral, o pastor W. A. Visser't Hooft.

Nesse contexto, surge a dúvida: qual seria o significado do Concílio “ecumênico”? De fato seria para a unidade dos cristãos? Visser't Hooft propõe que na pauta dos debates a questão da liberdade religiosa seja colocada como prioridade. Assim, percebemos que além do clima de entusiasmo, havia também incertezas, reservas diante da posição dogmática e quase sempre institucional da Igreja Romana.

Como já fora dito, o texto completo da alocução não respondia a todas as questões que o anúncio suscitara. Sem falar que a última referência sobre concílio era o Vaticano de 1869-70, Concílio que ficara incompleto, que seu foco era doutrinário. Assim, as referências disponíveis para uma caracterização do novo Concílio eram equivocadas e sempre deixavam margem para as mais diversas hipóteses. João XXIII apresenta um contraponto a esse clima de medo e terror, afirmando que a Igreja estava entrando em uma conjuntura histórica excepcional, na qual deveria se posicionar de modo diferente para dar resposta ao mundo pós-moderno.

Em abril de 1959, o papa em uma exortação ao episcopado e ao clero de Veneza formula os objetivos fundamentais do concílio: aumentar o esforço dos cristãos, ampliar os espaços da caridade (ALBERIGO, 1996).

O papa pretendia situar concílio na mesma perspectiva em que conduzia o seu pontificado, ou seja, na perspectiva do cuidado pastoral para com os fiéis:

Não lhe eram ocultas as dificuldades existentes para a efetivação desse programa, também porque será extremamente difícil estabelecer harmonia e reconciliação entre as diversas igrejas que, por tanto tempo separadas, vivem muitas vezes atribuladas por dissensões internas (p. 53)

A dimensão ecumênica despertou, mais que qualquer outra, os olhares do grande público para o concílio, mas também provocou alarmes intensos sobre a relação da Igreja com os “irmãos separados”. Afinal, o que pretendia João XXIII? A resposta do próprio papa a esse questionamento que lhe era formulado todos os dias era a seguinte: a igreja é um organismo vivo, e a tarefa de líder manter sua dinâmica (ALBERIGO, 1996). João XXIII percebia a multiplicidade desse organismo vivo chamado de Igreja.

Diante de tantos embates teológicos, sócio-culturais, o papa percebeu que durante toda a realização os opositores continuariam seus ataques, daí a lógica roncallina, fazer a opção de tratar das questões que mais interessam ao bem da Igreja universal. Ele aponta para a necessidade da Igreja ouvir a voz de seu rebanho e também do rebanho voltar a seguir a voz do pastor através da santa igreja.

A propósito da relação com os cristãos não-católicos, João XXIII prefere apoiar-se naquilo que une as pessoas, o Cristo, do que vislumbrar posições teológicas antagônicas que as separam. O papa pretende construir respostas novas para novas demandas do mundo contemporâneo.

Alberigo (1996) capta uma percepção extraordinária na fala de João XXIII, percebe que o líder da Igreja com a aproximação do Pentecostes, começou a designar o Concílio Ecumênico de “Novo Pentecostes”. Assim, Roncalli estava pensando não apenas num encontro teológico simplesmente, a ideia implícita era de um poderoso impacto em todas as estruturas da Igreja, a fim de apresentar ao mundo e apontar aos homens a mensagem evangélica com poder sobrenatural. Parece que a ideia de igreja viva e de agente transformador da sociedade era algo considerado estranho no seio da Igreja Romana.

Não se sabe o itinerário da formação da decisão de chamar o concílio de Vaticano II, como afirma Alberigo (1996), mas não seria precipitado afirmar que o nome tenha sido decisão autônoma de João XXIII.

Porém, não era simplesmente uma escolha, ao denominá-lo de Vaticano II, João XXIII superava as incertezas que circulavam sobre a possibilidade de reabertura do concílio suspenso em 1870. Aqui temos uma afirmativa muito forte, teríamos um concílio novo, um “novo Pentecostes”. Estamos diante de uma nova agenda, livre e aberta, seria uma nova oportunidade, uma nova construção do conceito de Igreja.

A liberdade de expressão e pensamento seria fator fundamental no concílio. Liberdade que não estava mais ameaçada, como nos momentos críticos da história da Igreja, pelo poder político. Mas havia um inimigo a ser combatido, o poder ideológico do comunismo.

A espera do concílio não deveria suspender a vida ordinária da Igreja em nenhum nível. Contudo era necessário que a Igreja como um todo viva em “estado de concílio”. Fato observado e vivido pela Arquidiocese de Goiânia, quando o seu Arcebispo D. Fernando Gomes dos Santos convocou sua comunidade para intercessão e vigília pelo Concílio (Revista da Arquidiocese de Goiânia - 62).

Quando falamos de poder ideológico e político, temos que reportar a um critério de João XXIII, manter distintos o empenho e o serviço pastoral da política. A luta contra o comunismo não era o foco. O Papa João não o subestima, mas o relativiza, conforme destaca Alberigo:

No começo de abril de 1959, o Santo Ofício reforçou a excomunhão de 1949 contra todos os que votassem nos partidos comunistas. Em três de julho ocorre o bloqueio definitivo da experiência dos padres operários franceses (p. 66)

Na lógica política de João XXIII, fica claro que o seu grande interesse está no problema da paz que, também com sua contribuição entrará no debate da Igreja. O pontífice reitera que a Igreja não é um museu de arqueologia, mas é um organismo vivo.

No entendimento de Beozzo (1996), João XXIII pretendia imprimir na preparação do concílio uma marca universal e não apenas romana, para tanto, ampliou a participação do episcopado nas comissões preparatórias. A iniciativa gerou várias conferências por todo o globo, os bispos também fizeram um trabalho de publicação nos meses que precederam à sessão de abertura do concílio em outubro de 1962.

Esta visão foi também vivida pela Arquidiocese de Goiânia, quando o seu Arcebispo D. Fernando Gomes dos Santos convocou sua comunidade para intercessão e vigília pelo Concílio (Revista da Arquidiocese de Goiânia - 62). Assim, foram sendo suscitadas muitíssimas ocasiões para a participação popular no concílio.

Beozzo (1996) registra que em meio às conferências episcopais mundiais, o episcopado brasileiro insiste apenas na importância do intercâmbio entre os bispos, contudo a compreensão dos norte-americanos era outra, em sua intervenção afirmam que o concílio será único no gênero e que participarão de forma ativa. Os europeus se movimentam de forma crescente. Assim pode-se concluir que o episcopado católico se dispunha à participação.

Na ótica de Beozzo (1996), o cristão Roncalli não teve reservas em deixar que suas virtudes espirituais particulares fossem transferidas para as virtudes públicas de João XXIII. Roncalli foi muito produtivo, intenso ao realizar o concílio, o ecumenismo, a busca pela paz mundial, porém sua marca maior estava na busca pela espiritualidade autêntica, o maior líder da Igreja, afirma a necessidade da busca intensa pelo sobrenatural. Os ritos e dogmas não podem substituir uma relação de reciprocidade entre o homem e seu Criador e Salvador.

Estamos diante de um homem que tinha opinião precisa acerca da natureza da Igreja, acerca da resposta que o cristianismo precisa dar ao mundo decaído e, sobretudo acerca da mudança de valores da vida contemporânea.

João XXIII era o próprio modelo de inspiração para os bispos conciliares e dos fieis católicos que aguardavam com ansiedade os novos ditames da fé via Vaticano II. Podemos notar esse clima na comunicação de D. Léger, Arcebispo de Montréal, no mês de Agosto de 1962:

[...] que clima favorável Vós (João XXIII) criastes na Igreja desde o anúncio do concílio. Vossas palavras e vossa atitude pessoal suscitaram uma busca fecunda no interior da Igreja, encorajaram um diálogo proveitoso entre os católicos, e modificaram, no sentido de maior caridade e melhor compreensão, as relações dos católicos com os nossos irmãos separados (p. 377-378)

No entendimento de Beozzo (1996), a *Mater et Magistra* fora uma encíclica que teve como ponto de maior interesse a doutrina social. Isso fez os olhares se voltarem para a questão social do homem. Quando se fala em social, ela vai além da questão operária. Daí, os problemas da terra, da agricultura, dos camponeses, do colonialismo, da ecologia e do subdesenvolvimento sejam temas do próximo concílio, ainda mais por serem questões de interesse particular de João XXIII.

Outra temática crucial e polemica a ser repensada seria o monopólio da língua latina. Porém, a ala mais conservadora conseguiu junto ao papa em sua publicação de Agosto de 1962 (*Veterum sapientia*), a manutenção do latim como língua da Igreja.

É relevante pensar na convocação conciliar pela ótica das outras religiões, principalmente a muçulmana detentora de mais de 400 milhões de seguidores. Não há

nenhum registro de reações ou expectativas do islã em relação ao anúncio do concílio do Vaticano II, esse silêncio “absurdo” poderá ser explicado em outro trabalho em outra ocasião.

Já os cientistas da religião apontam fatores de interesses comuns que poderiam provocar certa junção de forças, a saber: primeiro, a luta contra um inimigo comum, o ateísmo. Segundo, seria o campo de interesse pelos lugares sagrados na Palestina: Jerusalém e Belém. Os dois segmentos religiosos sofrem com o drama dos refugiados.

Invertendo a questão, ou seja, o olhar do catolicismo para o mundo muçulmano não mostrou interesse para com as necessidades desse grupo. Isso fica evidente nas raras referências do Islã nos debates conciliares, como as demais religiões não cristãs como revela Beozzo (1996):

Resta enfim revelar que, a qualquer orientação a que pertençam, os prelados orientais não mostram nenhum interesse pelo mundo muçulmano no qual vivem em grande parte, ou pelo menos não se preocupam em evidenciar nos vota para o concílio. Os acenos a propósito são de fato muito raros... O certo é que em vão se podem procurar, entre os vota dos orientais, palavras de benévola atenção aos crentes do Islã. A impressão é de que se consideram os muçulmanos no mais das vezes como pagãos para se converter ou como sociedade muito diversa de si, a ponto de tornar indiferentes. (p. 385)

Quanto aos bispos latinos em missões africanas, no Oriente Médio e na Ásia, encontra-se no contexto contraditório de reações. Beozzo (1996) classifica-os em três grupos: O primeiro deles fala do Islã de forma agressiva e lamenta as dificuldades impostas para pregação do evangelho. Um segundo grupo considera o Islã como objeto de conquista missionária. Já o terceiro grupo, também considera o Islã como terra de missão, mas em clima de diálogo. Desse segmento sai o pedido para estabelecimento de cooperação entre os católicos e não-católicos em favor da paz e da dignidade humana. Porém, nas comissões preparatórias do concílio, o tema do Islã não foi tratado de forma especial, entrando assim na temática geral das religiões.

Aproveitando a oportunidade não poderíamos deixar de pensar sobre a postura do judaísmo em relação ao catolicismo. O anúncio do concílio da mesma forma como os muçulmanos não despertou grande entusiasmo e nem grande reações entre os judeus, ao contrário da imediata repercussão entre os ortodoxos e protestantes. Talvez seja explicável esse fato pelos objetivos declarados de João XXIII na convocação conciliar: reforma interna da Igreja e diálogo com as outras igrejas cristãs.

João XXIII, conforme dito anteriormente, viveu no Oriente Médio mais de vinte anos e tomara consciência do drama judaico. Em ocasião de sua posse como Papa, convidou o líder



de Israel, apesar da Igreja Romana não manter com ele nenhuma relação diplomática. Em resposta, o rapino Isaac H. Herzog, telegrafou ao papa desejando felicidades em seu pontificado. Em 1960, o pesquisador da história de Israel, Jules Isaac, entregou um dossiê com algumas reformulações no ensino e na catequese cristã visando a eliminação de preconceitos contra o povo judeu. Contudo, a aproximação da Igreja com Israel provocou protestos dos países árabes querendo o mesmo espaço no concílio, com efeito, a discussão na Comissão Central foi anulada e assim justificada:

[...] seria supérfluo lembrar nossos vínculos com o povo judeu – o próprio Cristo Senhor nosso provém deste povo, e com o Novo Testamento afirmamos também o Antigo. Mas devemos nos ater ao fim deste concílio, no qual a Igreja quer afirmar solenemente sua fé e corroborar o seu apostolado. Para que então este decreto especial? Se falamos dos judeus, por que não dos maometanos? (Eles se gloriam, com efeito, de sua descendência o pai Abraão) (p. 392).

João XXIII assumiu seu pontificado em uma situação complexa em relação aos países comunistas, principalmente pela perseguição religiosa e intransigência com a fé católica. Na China a Igreja para não ser completamente aniquilada, começou a ordenar e consagrar os jovens locais e não por Roma.

Não houve nenhuma mudança imediata na política do Vaticano em relação aos países comunistas (China e Cuba) da passagem de Pio XII a João XXIII. O decreto de 1949 excomungava os católicos que votassem em comunistas ou que colaborassem de qualquer forma com essa corrente ideológica.

Para Beozzo (1996), um critério bem definido e confirmado por toda a vida de Roncalli era o de manter o empenho e o serviço pastoral distintos da política. Portanto, para João XXIII o comunismo não poderia ser o tema central do debate, o horizonte histórico do cristianismo é muito mais vasto e complexo que uma teoria:

[...] a Igreja, em sua peregrinação através dos séculos, nem sempre triunfou, nem, por ter superado tantos inimigos no passado, pode-se sentir vitoriosa dos inimigos presentes, mas deve confiar tudo à ajuda indefectível do seu fundador (p.395).

A proposta ecumênica do papa cria uma dinâmica de diálogo e reconciliação e pressupõe um espírito racional e respeito mútuo pelo outro, confiança na boa-fé e na capacidade de valorização positiva das qualidades alheias. Partindo dessa visão joanina, o herege, o cismático torna-se assim o irmão que deve ser acolhido.

## 1.2 VISÕES DO CONCÍLIO VATICANO II

Nessa parte de nosso estudo buscaremos entender as intervenções e contribuições dos bispos latinos, com ênfase nos brasileiros ao debate conciliar. Nessa tentativa utilizaremos o estudo das fontes brasileiras do Concílio e ações do episcopado brasileiro com L. Baraúna; faremos análise da América Latina, de sua teologia e metodologia com G. Gutiérrez.

Para Baraúna (1993), as ações da Igreja Católica brasileira e da América Latina dos últimos anos são fruto da ação direta do Concílio Vaticano II, definido por ele como o maior evento do século. Cabe aos historiadores conservar o valioso acervo de documentos, sobretudo o não-oficial.

A participação da Igreja Católica do Brasil, sobretudo pelo grande número de bispos contribuiu para imprimir rumos diferentes ao cristianismo tanto aqui como na América Latina. No Concílio de Trento (1545-1563) não houve participantes, no Concílio do Vaticano I (1869-1870) apenas quatro bispos e Vaticano II (1962-1965) tivemos a participação de 200 bispos, numericamente a terceira maior delegação.

Quando pensamos a Igreja Católica do Brasil em sua participação no concílio, partimos da fala do Papa João XXIII, no discurso de setembro de 1962, quando afirmou que a Igreja era de todos, mas, sobretudo dos pobres. Fica evidente que a marca do Concílio, do “esquema” da Igreja, pressupõe uma teologia eminentemente ligada aos pobres.

A partir da criação do Fundo Vaticano II, Baraúna (1993) relata que em maio de 1989 foi enviada uma circular a todos os bispos que haviam participado do Concílio e ainda estavam vivos, bem como aos seus sucessores dos bispos que já haviam falecido expondo o objetivo teológico, histórico da circular e solicitava o envio de documentos para formação do acervo. Foram enviadas 268 circulares, com 120 respostas, mas somente 43 dos bispos responderam que possuíam documentos e prometeu enviá-los ao Fundo. Atualmente existem 3.700 documentos listados como cartas, textos, intervenções conciliares e diários. Contudo, nosso estudo histórico não contará nenhuma das valiosas fontes de pesquisa do Fundo Vaticano II, pois utilizaremos como fonte o acervo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central da PUC/GO (IPEHBC), detentor de vasta documentação sobre o Concílio Vaticano II, incluindo nessa, as revistas da arquidiocese de Goiânia, em no caso específico, do ano de 1958 a 1968; as correspondências e fotos de D. Fernando à Arquidiocese de Goiânia.

Baraúna (1993) aponta que existem lacunas sérias que não foram sanadas e que o Fundo espera resolvê-las. Não obstante, acredita já ter somado com a historiografia por terem

localizado um número suficiente de documentos que preservará o essencial da colaboração que a Igreja do Brasil deu ao Vaticano II, evento que fez a igreja da América Latina entrar em uma fase nova.

Quando falamos de América Latina, especificamente de teologia, o debate sobre as questões sociais é inevitável. Entendemos que a Doutrina Social da Igreja funcionou de forma salutar na América Latina e, conseqüentemente, o catolicismo alcançou milhares de fiéis. Segundo Gutiérrez (1993), a doutrina social influencia e motiva os leigos cristãos a pensar em participação ativa na política e também na criação de partidos políticos.

Fica claro para Gutiérrez (1993), que a junção padres e leigos, adquire certa sensibilidade perante os temas, que mais tarde, serão os grandes temas do Concílio.

É claro que não temos uma tradição teológica latino-americana tão evidente, antes do Concílio do Vaticano II, principalmente uma reflexão teológica que parta de nossos problemas. Gutiérrez (1993), explica essa visão com a explicação do jesuíta brasileiro, Pe. Henrique de Lima Vaz, que aponta para nossa atividade religiosa como fruto de uma Igreja “reflexo” e não uma Igreja “fonte”.

A Igreja Católica não estava mais acostumada com um Concílio, pois as recordações do último Concílio eram algo muito distante. Para Libânio (2005), as expectativas do novo evento eram tão grandes como a falta de experiência tanto das dinâmicas como do alcance de um Concílio. A comunidade católica vivia uma grande expectativa, que não era somente dos fiéis que de longe esperavam pelas notícias, mas também dos 2.500 bispos que interpretavam e enviavam os novos conteúdos da fé cristã, diretamente da Europa para Periferia.

Caminhando na tentativa da percepção do clima que cercou o Concílio Vaticano II, Mérida e Jr (2017), relatam uma forte tensão por parte dos bispos de Roma em relação ao desdobramento que poderia ocorrer diante de tantas correntes antagônicas debatendo a fé cristã. Por outro lado, havia um grupo que acolheu com plena dedicação a iniciativa de João XXIII e depositava sua confiança na grande estrutura conciliar para o desdobramento seguro do Vaticano II. Já o grupo contrário, trazia consigo o medo do concílio ser apenas uma cerimônia religiosa sem propósito, sem caráter transformador em um mundo que apelava por mudanças radicais. Havia temor pela falta de experiência com as grandes Assembleias Parlamentares e Constituintes, surgindo assim uma pergunta: como será a produção de documentos desse concílio? Em outras palavras, qual imagem dará ao mundo?

Os bispos conciliares não tinham o hábito de ser protagonista das decisões da Igreja Católica Romana. Com a convocação para participação de um Concílio Ecumênico tudo muda, agora seriam autores das mudanças, ou na pior das hipóteses seriam ouvidos para

construção dessas mudanças. Mas esse privilégio trazia consigo um medo natural, a pouca experiência dos bispos, principalmente aqueles que não rodeiam a Santa Sé.

Qual seria o significado individual para um bispo que chega a Roma (1962) para realização de algo inédito na vida da Igreja? Alberigo (2000) buscou captar essa poderosa impressão, invertendo o foco, partindo do olhar do Papa João XXIII, que após certas observações dos cardeais apavorados pela ideia de um Concílio rápido e condenatório, revela aos bispos que a expectativa central do Concílio era “renovar a missão da Igreja na visão dos problemas do mundo, do mundo pobre, dos anelos de paz do mundo inteiro” (p. 24).

João XXIII apresenta aos bispos uma “Igreja Mãe”, figura de linguagem que revela uma Igreja que quer ser de todos, principalmente dos pobres e oprimidos. Assim a missão fora dada, os bispos foram convocados para responder a expectativa da Igreja, ou seja, retomar seu contato com os mais pobres, responder suas necessidades. Surge outra questão, o Papa estava convocando os bispos para criarem novas alternativas e estratégias para alcançar aos mais necessitados ou seria apenas para um mero apoio de determinados projetos já elaborados? De qualquer forma, a tarefa não era simples, pois, a maior parte dos padres chegava a Roma sem saber qual seria sua função.

Podemos concluir que, na incerteza plena, muitos bispos encontraram refúgio seguro na cega obediência ao Papa e na Congregação Romana. Assim, à véspera da inauguração havia uma dicotomia, algumas incertezas filosóficas, certa preocupação e até problemas de organização, por outro lado, havia um grande entusiasmo.

Pela primeira vez na história as imagens de um Concílio seriam transmitidas pela televisão. O impacto é gigantesco. No primeiro ato o Papa João XXIII percorre a pé a Praça do Vaticano, ato que é interpretado como posição de respeito para com a Assembleia. Em seguida, outro ato marcante foi o rito de obediência realizado pelos bispos ajoelhando diante do Papa sentado em seu trono. No fim do ritual, o Papa pronuncia a profissão de fé e o juramento. Chegando o momento mais esperado da Abertura do Concílio, o sermão (alocução) de abertura, a ser pronunciada por João XXIII, a qual recebeu o título de “Alegrase a Mãe Igreja”. Para Beozzo (2005), as palavras firmes, realistas e, sobretudo com um tom de esperança, causaram profunda impressão no mundo, as quais continuaram a ser evocadas, ao longo do Concílio, mesmo depois da morte do Papa, como um referencial teórico e prático a ser seguido pelos bispos conciliares.

Quando falamos de mudanças metodológicas, João XXIII propõe uma nova ordem nas relações humanas, como percebeu Libâneo (2000), a Igreja é convocada a concentrar suas

forças na proclamação plena do evangelho, utilizando todos os recursos e dinamismos possíveis para alcançar seu santo propósito.

Segundo Beozzo (2005), o Vaticano II é definido pelo próprio Papa como um Concílio do redescobrimento da essência da Igreja. A proposta era uma renovação da mensagem para o mundo pós-moderno. Em outras palavras, João XXIII deixa claro que a mensagem do evangelho é eterna, mas as maneiras e práticas de sua apresentação podem sofrer alterações. A própria quebra do protocolo conciliar é um bom exemplo do que estamos falando. Era esperado um discurso de abertura que tivesse um caráter informativo, ou seja, um programa para ser seguido pelos padres conciliares, todavia, João XXIII abriu o Concílio oferecendo um caminho e não um programa, houve um convite à participação e não uma imposição teológica e dogmática. Assim, o papa com sua alocução realizou um ato fundamental para o bom andamento do concílio, não utilizou sua vontade soberana, mas buscou apoio e liderança dos bispos conciliares.

O discurso do Papa João XXII na abertura do Concílio impressionou, tanto pela vitalidade do pontífice como pelo conteúdo. João disse fortemente para o mundo: “nós somos a Igreja de Cristo, e nossa tarefa é infundir nas veias do mundo moderno a essência do Evangelho”.

João deixa claro que o Concílio era um ato de fé, um esforço da Igreja para corresponder ao Plano Eterno da Redenção. Em uma interpretação hermenêutica da fala do Papa, podemos entender o seu recado ao mundo: estamos aqui para tratar de uma renovação estrutural, moral, mas, sobretudo, espiritual, sobrenatural da Igreja Católica.

Na continuação do discurso, João XXIII relata ao mundo o tamanho do impacto que o Concílio provocará na humanidade. Em sua visão futurista, o Papa João XXIII contemplou as inúmeras ações pastorais e sociais que transformarão a vida de milhares de pessoas por todo o mundo.

Não foi por mero acaso que o Concílio começou pelo esquema da liturgia, ou seja, da relação do homem com seu Criador. Na ordem de prioridade do Papa, era preciso estabelecer, restabelecer a espiritualidade, a comunhão com o Eterno Deus.

Ao final da primeira sessão o Papa João XXIII profere um segundo discurso denominado (“da luz”), o qual reflete de forma direta a sua concepção do Concílio, ou seja, a Igreja deve seguir confiante o seu caminho. E nesse contexto ele se apresenta como o irmão que é pai (irmão-pai) dos bispos. O mundo, principalmente os teólogos aguardavam com ansiedade um programa, ou ainda uma agenda conciliar, porém, foram surpreendidos com a quebra do protocolo. Conforme registrou Alberigo (2000), o papa ao se dirigir ao povo na

praça de São Pedro afirmou que começava o concílio, porém não sabiam quando terminaria. As palavras de João XXIII certamente não delineiam um programa para a Assembleia, muito menos oferece uma ordem para os trabalhos conciliares, mas manifestam uma atitude fundamental para o entendimento do espírito que permeará o Concílio.

Pode-se destacar ainda sobre a abertura do Concílio que entre as 86 delegações, são notórias a ausência dos países comunistas. Tanto a presença dos Estados Unidos como a ausência da Rússia, reflete o quadro diplomático da Igreja diante da guerra fria, a qual nunca escondeu seu lado.

O discurso de abertura apresenta uma Igreja que quer se comunicar melhor com o mundo e colocar-se nas fronteiras de outros mundos, reconhecendo seu anterior isolamento. A Igreja então está disposta a dialogar com o todo e não somente com parte dele.

Começa a segunda sessão (outubro de 1963), os resultados da primeira sessão que ficaram no âmbito filosófico e não conquistados na prática, voltam ao debate, como afirmou Melo (2013). A retomada das discussões é uma característica dos Concílios, pois, estes incluem os antecedentes imediatos, a convocação, preparação, embates até sua recepção. Portanto, o Vaticano II foi o início de um começo.

A dinâmica conciliar seguia uma rotina, era preciso lutar, talvez por vários meses, para aprovação ou rejeição de esquemas, trabalho pouco agradável. Por outro lado, os temas sofriam com a mobilidade, pois aquilo que era considerado aceitável e relevante podia, meses mais tarde, parecer ultrapassado mesmo aos olhos daqueles que propunham a temática.

Na preparação para a segunda sessão, João XXIII (março de 1963), lembrava aos bispos conciliares que o tema da Igreja deveria ser o eixo central do Concílio. Para Alberigo (2000), o eixo central pode ser traduzido por funções e práticas pastorais.

Contudo, a maior dificuldade enfrentada pela Igreja foi a morte de João XXIII em junho de 1963, grande idealizador e sustentador do Concílio. Pois, além de enfrentar os obstáculos naturais, ou seja, a dificuldade dos temas, a existência de blocos antagônicos (liberais e conservadores), o pouco tempo para revisar e debater os esquemas, surge mais um problema, a morte do Papa.

Assim como relatamos a história de João XXIII, como figura central que deu início ao Concílio Vaticano II, procederemos também com Paulo VI.

Giovanni Battista Montini nasceu em 26 de setembro de 1897 em Concesio (Lombardia) de uma família rica. O seu pai era um advogado não praticante que se tornou editor e promotor de ação social. Giovanni estudou em escola pública em Bréscia e ali foi matriculado no seminário. Foi ordenado sacerdote em 1920, estudou direito canônico na

Pontificia Universidade Gregoriana de Roma. A partir de 1922, preparou-se para a carreira diplomática, prestou por um curto período serviços na nunciatura de Varsóvia (1923). A partir de 1924, desenvolveu por trinta anos sua atividade na secretaria de Estado do Vaticano. Paralelamente a essa função, Montini desenvolveu um trabalho pastoral na associação dos estudantes universitários e dos laureados (respectivamente FUCI e Laureados católicos). Foi nomeado arcebispo de Milão em 1954. Trabalhou sempre no campo social, sendo considerado um progressista moderado. Seguiu a linha de João XXIII, mas diferentemente deste último conhecia bem a Cúria Romana, as oposições e rivalidades internas, observa Souza (2005).

Logo após a sua eleição, Paulo VI anunciou a sua intenção de continuar o Concílio e fixou a data para 29 de setembro de 1963. Segundo Souza (2005), o novo Papa demonstrou intenções ecumênicas. No discurso de abertura, elencou os objetivos do Concílio: a exposição da doutrina da natureza da Igreja; a reforma interna da Igreja; a importância da unidade dos cristãos e o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo. Paulo VI como seu antecessor, entendia como tarefa urgente do concílio a reforma da Igreja. Somente depois de um processo de santificação interna, existiria a possibilidade da apresentação de um modelo de transformação para os não cristãos. Para Alberigo (2000), a segunda sessão avançou de modo mais rápido, não somente porque o material já estava concentrado em esquemas mais resumidos, mas, sobretudo, porque tinham como foco as necessidades pastorais da Igreja.

Concluindo, o Vaticano II foi um acontecimento que, embora encerrado, continua desencadeando reflexões, seu impacto pode ser observado na vida eclesial da Igreja Romana. Representou a abertura da Igreja, para muitos o Concílio marca o surgimento de uma nova Igreja. Na perspectiva de Melo (2013), o Vaticano II é um acontecimento passado que continua presente no dinamismo da vida cristã.

Buscaremos relatar, mesmo que de forma suscita as quatro sessões conciliares para uma compreensão geral do Concílio Vaticano II.

Primeira sessão (11 de outubro a 08 de dezembro de 1962), com 2.540 padres conciliares dirigidos por João XXIII, o qual convida a Igreja para um novo olhar do mundo. No esquema da primeira sessão foi alterada a visão litúrgica da Igreja (04/12/63). A participação dos fiéis nas celebrações mudou a concepção do ofício do sacerdote, o qual deixou de ser o centro da atividade religiosa. Outras descobertas teológicas trouxeram os fiéis para a Igreja, como por exemplo, a questão da presença real do Senhor na Eucaristia. Outro esquema alterado foi o das fontes da Revelação. As escrituras são a única fonte de revelação divina, esquema que facilitaria a aproximação dos Protestantes. Após o encerramento da

primeira sessão João XXIII morreu, assumindo o arcebispo de Milão, Montini (Paulo VI), que no dia posterior à sua eleição, anunciou a intenção de continuar o Concílio.

A segunda sessão (29 de setembro a 04 de dezembro de 1963), já tendo em seu líder uma visão progressista, a Igreja buscava uma reforma, uma redefinição enquanto instituição, a partir daí, poderia dialogar com o mundo pós-moderno. Entre a pauta da segunda sessão estava a questão do diálogo ecumênico e da Igreja enquanto povo de Deus. Para Mérida e Jr (2017), o que verdadeiramente estava em jogo seria a busca por maior autonomia dos bispos em suas dioceses. Já em relação ao ecumenismo, combatendo a ideia que fora da Igreja não haveria salvação, Paulo VI busca construir pontes para dialogar com os diferentes pensamentos.

Na terceira sessão (14 de setembro a 21 de novembro de 1964) houve a votação de esquemas importantes, como a concelebração, que serviu como princípio da expressão da colegialidade episcopal, o esquema sobre a vida dos leigos e o esquema do mundo contemporâneo. Nessa sessão, ainda foi definido a questão da liberdade religiosa, Mérida e Jr (2017) destacam o apoio dos bispos norte-americanos e bispos dos países comunistas a esse esquema, pois, nesses países o catolicismo era minoria ou sofria sanções do Estado comunista. Ainda dentro desse esquema foi discutida também a questão dos judeus. Os padres conciliares apoiaram a manutenção do Estado de Israel, assim como condenaram o racismo com um discurso de paz. Segundo Mérida e Jr (2017), o Papa tinha uma preocupação com as questões internacionais. Em outubro de 1965, fez um discurso na ONU, onde reconheceu a pluralidade do mundo e a necessidade da coexistência pacífica, sem tomar partido entre capitalistas (EUA) e comunistas (Rússia).

A última sessão (14 de setembro a 08 de dezembro de 1965) do Concílio Vaticano II foi complicada, pois, foram votados todos os esquemas que não foram finalizados nas sessões anteriores. Foi aprovado o esquema sobre a fonte de Revelação, a relação da Igreja com o mundo contemporâneo, o esquema sobre a vida sacerdotal, confirmando o celibato clerical. Assim Paulo VI termina a sessão definindo o papel da Igreja no mundo.

Diante da complexidade nas interpretações e das diferentes realidades do mundo, podemos afirmar que o Vaticano II ainda não terminou, conforme ressaltam Mérida e Jr (2017):

É consenso que o Vaticano II não terminou em 08 de dezembro de 1965, ainda hoje a Igreja busca legitimá-lo em todo o mundo, dentro da perspectiva da continuidade, buscando para junto de si os grupos progressistas e os conservadores que se formaram durante as reuniões conciliares. Entretanto, essa parece uma questão longe de chegar ao fim (p. 238-239).



O Vaticano II não terminou em 1965, porque o Concílio é mais que seus documentos. Ele é uma “intencionalidade” conforme, Libâneo (2005). Ele antes de tudo, uma instituição, uma percepção global. O Vaticano II deve ser pensado como um diálogo com a modernidade, um espírito ecumênico e atualizado. Em outras palavras, seu espírito novo, essa intencionalidade é dialogar e abrir-se à modernidade. E isso é um desafio para igreja atual.

Como o Concílio Vaticano II trata de vários temas e anseios da população cristã, sendo subdividido em sessões, esquematizaremos suas principais datas e decisões em um quadro cronológico.

Datas do Concílio	Principais Decisões
25/01/1959	O Papa João XXIII anuncia sua intenção de convocar um CONCÍLIO, através da bula papal Humanae Salutis
	CONVOCAÇÃO do CONCÍLIO.
Primeira Sessão: 11/10/1962 a 8/12/1962	Início do CONCÍLIO Vaticano II
13/10/62	Primeira Congregação Geral
20/10/1962	Discussão do esquema sobre a LITURGIA
03/06/1963	Morre o Papa João XXIII
21/06/1963	Paulo VI é eleito Papa e anuncia a intenção de retomar o Concílio.
Segunda Sessão: 29/09 a 4/12/1963	
04/12/1963	Publicação da <b>Constituição</b> Sacrosanctum Concilium, sobre a Liturgia.
Terceira Sessão: 14/09 a 21/11/1964	
6/10/1964	Discussão sobre o Apostolado dos Leigos
11/10/1964	Publicação da <b>Constituição</b> Lumen Gentium, sobre a Igreja.
21/11/1964	Publicação dos decretos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientalium Ecclesiarum, sobre Igreja orientais católicas.</li> <li>• Unitatis Reintegratio, sobre o ecumenismo.</li> </ul>
Quarta Sessão: 14/09 a 8/12/1965	
15/09/1965	Discussão sobre Liberdade Religiosa.
21/09/1965	Discussão sobre Igreja no Mundo
28/10/1965	Publicação das declarações: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gravissimum Educationis, sobre Educação Cristã.</li> <li>• Nostra Aetate, sobre Igreja e religiões não cristãs.</li> <li>• Publicação dos decretos: Optatam Totius, sobre a formação sacerdotal. Christus Dominus, sobre o múnus pastoral dos bispos. Perfectae Caritatis, sobre a renovação da vida religiosa.</li> </ul>
18/11/1965	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação do decreto Apostolicam Actuositatem, sobre o apostolado dos leigos.</li> <li>• Constituição Dei Verbum, sobre a Revelação Divina.</li> </ul>
07/12/1965	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação dos decretos: Presbiterorum Ordinis, sobre o ministério e a vida dos sacerdotes. Ad Gentes, sobre a missão da Igreja.</li> <li>• Declaração Dignitatis Humanae.</li> <li>• Constituição Gaudium Et Spes, sobre a Igreja no mundo de hoje.</li> </ul>
08/12/1965	Encerramento do Concílio Vaticano II.

## CAP. II - OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA (1959-68)

*Não obstante as minhas deficiências, fraquezas e falhas,  
sempre me consagrei com tudo o que sou e com tudo o de  
que dispus, à Santa Igreja e ao sagrado ministério*

(D. Fernando – 1985)

Dom Fernando Gomes dos Santos viveu de maneira intensa as transformações espirituais e estruturais da Igreja Católica na segunda metade do século XX. Segundo Borges (2011), a sua rígida formação, tanto na Paraíba como em Roma, fez dele num primeiro momento, defensor da centralização do poder eclesiástico da Igreja. Contudo, a partir do mesmo Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência do Episcopado Latino-Americano – Medellín (1968), adotou novos posicionamentos institucionais, dentre eles, destacamos a aceitação do papel ativo do leigo nas pastorais.

Ao buscarmos compreender as motivações de Dom Fernando na sua atividade pastoral, percebemos a relação entre essas ações e a visão de Igreja manifestada pelo Arcebispo. Em sua ação pastoral, particularmente como Bispo e Arcebispo, a preocupação maior foi tornar a Igreja mais presente na vida da sociedade, apresentando alternativas cristãs para os problemas enfrentados. Para Borges (2011), uma das marcas da eclesiologia de Dom Fernando, definida no período de sua formação e que o acompanhou até os anos 1960, foi a crença de que nada poderia ser realizado sem a hierarquia institucional.

Segundo Boff (1982), além da perspectiva de uma Igreja hierarquizada, existem mais duas características. Primeira, a Igreja como *Mater et Magistra*, ou seja, Igreja que estabelece um pacto com o Estado com a finalidade de garantir o seu funcionamento. Segunda característica, Igreja como *Sacramento Salutis* (modernização da Igreja), ou seja, a Igreja que se apresenta como salvadora do mundo. Assim, temos um corpo teológico que influenciará os seus líderes católicos, inclusive Dom Fernando.

Para Borges (2011), a recepção do Vaticano II na América Latina teve como ponto central a Conferência Episcopal de Medellín (1968), cujos documentos refletiram a realidade do continente marcado pela pobreza. Conforme os analistas do Concílio, na América Latina houve uma inversão das orientações do Vaticano II, pois a Igreja foi pensada a partir de sua inserção no mundo e não a partir da espiritualidade.

Ao elaborar um estudo sobre a eclesiologia de Dom Fernando, Amado (1995) afirma que Medellín foi um “ponto teológico referencial” para o prelado, não apenas pela grandeza do acontecimento, mas como resultado de um processo de mudanças na Igreja. Dom Fernando pensava a Igreja na sua relação com os pobres, mas, a partir de Medellín, destaca-se sua preocupação com os oprimidos do país e também do mundo. D. Fernando amplia sua visão teológica do Vaticano II, fazendo opção radical pelo pobre.

Segundo Borges (2011) a inserção de D. Fernando na história da Igreja Católica no Brasil demonstra que suas ações influenciaram e também foram influenciadas por uma série de acontecimentos históricos e que dessa relação emergiu sua figura como referência nacional. Boff (1985) destaca a figura imponente de D. Fernando, sua capacidade de persuasão, chega a compará-lo com Ambrósio e Gregório Magno. Segundo ele, poucos são os fatos eclesiais dos últimos 30 anos que não venham marcados pelo carisma do Arcebispo. D. Fernando buscou intensamente preparar a Igreja para conviver com o mundo pós-moderno.

## 2.1 – A FORMAÇÃO PASTORAL DE DOM FERNANDO

Nessa reflexão sobre a trajetória de D. Fernando, pretendemos compreender como seu pensamento teológico e eclesiológico refletiu diretamente e suas ações práticas dentro da Igreja. D. Fernando mudou sua perspectiva, buscando uma Igreja participativa e comunitária.

Em nossa dissertação foi necessário um breve relato sobre o Papa João XXIII e seu sucessor o Papa Paulo VI. Nesse contexto, relataremos de forma sucinta a vida e obra de D. Fernando, destacando sua formação no Seminário da Paraíba.

Fernando Gomes dos Santos, filho de Francisco Gomes dos Santos e Veneranda Gomes Lustosa, nasceu em Patos, Paraíba, dia 4 de abril de 1910. Desde criança participava de forma ativa das celebrações religiosas da comunidade católica. Ingressou-se no Seminário da Paraíba em 1928. Essa instituição de ensino teológico, segundo Miceli (1988), fazia parte de um projeto maior. Criado em 1890, a Igreja Romana criou vários seminários pelo país visando renovar seu patrimônio material e humano, e também implantar a visão romanizadora no que se referia à formação do clero. No contexto da formação de D. Fernando, o foco além dos conceitos teológicos e filosóficos, era a ênfase na disciplina diária e na ordem. Assim, um padre idôneo baseava-se na fundamentalmente na disciplina.

Após o período de formação na Paraíba, Dom Fernando foi estudar em Roma, onde cursou Teologia na Universidade Gregoriana (1930). Padre Fernando ordenou-se sacerdote dia 1º de novembro de 1932. Ele ingressou na Universidade durante o papado de Pio XI

(1922-1939), que se preocupava com unidade da Igreja, porém, não abria mão da qualidade da educação dos seminaristas. Incentivou ainda o estudo sobre Missões, Catequese, História da Igreja, Missiologia e Ação Católica, movimento priorizado pela Igreja no período.

Por ter estudado em Roma durante o pontificado de Pio XI, Dom Fernando recebeu grande influência Ação Católica de Pio XI. Era a época do fascismo, o Papa enfrentou o totalitarismo de Mussolini que se apresentava como a solução política do mundo. Condenou, igualmente, o Capitalismo materialista que faz do lucro a razão de ser de tudo, que explora o trabalho e oprimindo o trabalhador. Nesse embate sócio-político foi forjado o espírito de luta em sempre em defesa da justiça e contra os regimes totalitários de D. Fernando.

Fierro (1982) denomina o projeto de restauração da fé de Pio XI de neocristandade, pois esse novo grupo se distinguiu da cristandade por realizar-se em um ambiente não sacralizado. A principal ação adotada por Pio XI foi a mobilização dos leigos na Igreja, tendo como objetivo preparar o laicato para ocupar postos centrais na sociedade. Para Dias (1996), a Ação Católica pode ser definida pela participação dos leigos organizados na hierarquia da Igreja. Cristo deveria ser trazido para a vida prática de cada cristão.

No Brasil, a Ação Católica teve início 1935, limitada inicialmente pela postura autoritária de Getúlio Vargas que reprimia as organizações populares. Segundo Beozzo (1984), o foco central da Ação Católica ficou na formação religiosa de seus membros. Porém, a partir da década de 50, houve um novo direcionamento, o foco passou para os movimentos sociais. Para Borges (2011), a Igreja viu-se obrigada a mudar suas práticas diante de uma sociedade que se urbanizava. Dom Fernando se tornaria um protagonista desse movimento, incentivando sua organização, particularmente no meio juvenil, mais propenso aos apelos do mundo moderno, reintroduzindo entre os jovens os valores cristãos.

O Seminário, segundo Borges (2011), além de ser um local de instrução teológica, seria também um “refúgio do mundo”, promovendo um ambiente propício para a formação de novos conceitos e atitudes. Ao ingressar em uma instituição promove-se a “morte” do indivíduo. Assim, nasce um ser institucional.

Ao retornar ao Brasil, em Cajazeiras (PB), D. Fernando foi nomeado diretor do Colégio Padre Rolim, onde permaneceu por três anos (1933-1936). Além de diretor do colégio, o jovem padre foi também diretor do jornal Rio do Peixe, experiência que lhe trouxe a percepção da relevância da imprensa para o seu trabalho pastoral.

Depois desse período, foi indicado para vigário em Cajazeiras, porém apenas por alguns meses, até ser encaminhado para Patos (PB), sua terra natal, onde permaneceu de 1937 a 1943. Em Patos dedicou-se integralmente a função pastoral. Segundo Borges (2011),

desde seu primeiro trabalho, sua atuação sinalizou para três frentes: educação, movimentos religiosos e preocupação com os problemas sociais. Assim sendo, o padre Fernando, desempenhando seu papel de educador, funda o Ginásio Diocesano de Patos para meninos (1937) e o Educandário Cristo Rei para meninas (1938).

No campo religioso, se dedicou a estruturação da Ação Católica em Patos (1939). Movimento que D. Fernando sempre teve como predileção, por representar a expressão concreta de uma Igreja em movimento. Em sua perspectiva, a junção da classe média e dos intelectuais poderia contribuir para restaurar o poder da Igreja na sociedade.

Fechando suas três grandes ações, o padre Fernando fundou o Círculo Operário (1940), movimento marcado pela ação assistencial e anticomunista, segundo Borges (2011). Ao ser implantado o Círculo em Patos com sede própria e com uma escola para os filhos dos membros do movimento, fornecia assistência social e jurídica aos necessitados. Porém, além dessa atuação no campo social, foi criada a Casa dos Pobres (1942), a qual tinha com objetivo o combate à mendicância.

O desenho e o dinamismo do vigário colaboraram para o progresso econômico de Patos, principalmente com seu trabalho no campo da educação católica, fazendo de uma cidade desconhecida a sala de visita do sertão paraibano, conforme afirmou Oliveira (1943).

## 2.2 – AS AÇÕES PASTORAIS DO BISPO NO NORDESTE DO BRASIL

D. Fernando com apenas 33 anos, no dia 04 de abril de 1943, foi sagrado Bispo. A sagração foi oficiada pelo Arcebispo Dom Moisés Coelho, tendo como consagrantes Dom João da Mata e Dom José de Medeiros Delgado. No mês seguinte à sua sagração, Dom Fernando assumiu a diocese da histórica cidade de Penedo (AL), onde atuou com bispo por seis anos (1943-1949).

Podemos perceber uma marca na ação pastoral do bispo, sua preocupação com o mundo moderno, o qual, segundo ele, distancia aos cristãos da Igreja e de sua missão. Por outro lado, percebemos também, sua esperança no retorno às tradições religiosas da Igreja Católica.

Em Penedo, Dom Fernando criou o Colégio Diocesano para meninos e instalou o Dispensário São Francisco de Assis, para prestar assistência aos pobres e indigentes. Repetindo sua tremenda vocação social, criou o Círculo Operário, que ele mesmo definiu como um agente transformador da mentalidade, uma recristianização do mundo paganizado.

Em 1949, Dom Fernando assumiu a Diocese de Aracaju (1949-1957). Ali estruturou a Ação Católica e deu continuidade ao jornal *A Cruzada*. Ficando evidente sua percepção da importância da imprensa na ação pastoral. Nesse contexto fundou a Faculdade Católica de Filosofia e a Escola de Serviço Social. No campo da assistência criou o Serviço de Assistência à Mendicância (SAME), com a finalidade retirar os moradores das ruas, dando a eles assistência médica, espiritual, trabalho e educação. A preocupação com os problemas sociais da comunidade sempre marcaram as ações pastorais desse extraordinário líder, porém com a criação da SAME ele consolidou sua visão.

A importância de D. Fernando para a integração entre a Igreja e o Estado em ações sociais conjuntas, pode ser percebida na presença do Presidente Juscelino Kubitschek em dois encontros de bispos no Nordeste; o primeiro em Campina Grande (1956) e o segundo em Natal (1959), nos quais se discutiu a situação da região e também apontar soluções.

Ao lado de Dom Helder Câmara, Dom Fernando participou do processo de articulação para criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, tendo como fator articulador seu trabalho junto a Ação Católica Brasileira. Conforme registrou Borges (2011), na II Semana Nacional da Ação Católica, realizada em 1947, D. Fernando desafiou D. Hélder a criar o Secretariado Nacional da Ação Católica para articulações do órgão. Na mesma época Dom Hélder foi nomeado Assistente Geral da Ação Católica Brasileira.

Para Beozzo (2005), o estilo arrojado da CNBB foi forjado por um grupo de bispos nordestinos, dos quais D. Fernando fazia parte. O núcleo principal da Conferência provinha da Ação Católica, de uma prática de aproximação com os leigos. Alguns deles haviam alcançado uma visão de Igreja mais latino-americana. Entre esses bispos, encontravam-se Dom Helder, Dom José Vicente Távora, Dom Eugênio de Araújo Sales, Dom José de Medeiros Delgado, Dom Antônio Fragoço, Dom Austregésilo de Mesquita Filho.

Conforme Borges (2011), durante o período que atuou na liderança na CNBB, Dom Fernando contribuiu para a consolidação da entidade. Destacando-se na participação e elaboração do Plano de Emergência (1962-63). O plano foi elaborado para atender um apelo do Papa João XXIII que, preocupado com possíveis desdobramentos da Revolução Social de Cuba (1959) sobre a América Latina, solicita com urgência a elaboração de um Plano Pastoral.

O processo de criação da CNBB foi muito significativo na trajetória pastoral de D. Fernando, que passou a vislumbrar as possibilidades mais articuladas com os bispos de todo o país, ampliando logicamente o poder de ação da Igreja na Sociedade. O período em que foi bispo de Aracaju foi fundamental na preparação para o seu maior desafio, assumir a

Arquidiocese de Goiânia, onde se destacou pelas transformações implantadas na Igreja e na sociedade goiana.

### 2.3. O AGENTE DA TRANSFORMAÇÃO ECLESIOLÓGICA DA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA

Segundo Borges (2011), a cerimônia de entronização de Dom Fernando como primeiro Arcebispo de Goiânia (1957) foi pensada pela Igreja com objetivo de mobilizar a comunidade católica e projetar a figura do Arcebispo como o “enviado de Deus para conduzir a Igreja de Goiás” em um período de grandes desafios.

A estratégia da Igreja é facilmente percebida, estávamos diante de uma nova Arquidiocese, em uma nova capital, que também procurava sua afirmação como sede do poder político, em um período que país passava por intenso processo de modernização, nada melhor que o surgimento de um líder forte, comprometido em manter uma relação de mútua cooperação para expansão territorial da Igreja.

No ritual de entronização do Arcebispo pode ser percebido a seguinte relação de poder: A primeira comunicação revelava tanto ao povo como aos políticos presentes que a autoridade eclesiástica emanaria de Goiânia. Contudo, a segunda comunicação deixa evidente que Igreja tem o desejo de obter a anuência do poder público para manutenção de ambos os poderes.

O projeto de mudança da capital goiana aproximou e ao mesmo tempo, distanciou dois líderes, Pedro Ludovico e Dom Emanuel Gomes de Oliveira. O governador convidou D. Emanuel para presidir a comissão encarregada de escolher o local da nova capital do Estado. Duas cidades atendiam aos requisitos esperados, Campinas e Bonfim (Silvânia). A escolha de Campinas não agradou a D. Emanuel, que já construído uma residência episcopal em Bonfim. Fica evidente que Pedro Ludovico não tinha a intenção de viver à sombra do poder da Igreja, pois a construção da nova capital já era uma mudança estratégia da centralização do poder político da Família Caiado. Segundo Vaz (1997), Dom Emanuel, por sua vez, também não transferindo a sede da Arquidiocese para Goiânia pelo mesmo motivo, ou seja, viver à sombra do poder do Estado.

A transferência da sede do poder da Igreja para Goiânia ocorria mais de vinte anos após a mudança da capital e só então recebia seu Arcebispo. Esse longo interregno ampliou a expectativa pela chegada do novo pontífice para assumir sua posição de autoridade da Igreja



na nova capital. Foi nesse cenário conturbado que a comunidade de Goiânia se regozijava com a chegada do seu Arcebispo.

Goiânia havia sido projetada a partir de uma concepção moderna, cujo planejamento arquitetônico não foi previsto a presença de monumentos religiosos. Com essa ausência da representação do poder religioso na arquitetura da cidade, a cerimônia de entronização tornou-se um momento de demonstração e instalação do poder religioso.

Para Paiva (1993), a recepção a Dom Fernando no aeroporto de Goiânia, a qual contou com a participação das mais altas autoridades do estado, nas esferas civis, militares e religiosas, era uma demonstração de respeito e submissão ao poder que emana do Alto. Podemos destacar a presença do Governador de Goiás, José Ludovico de Almeida e o Prefeito de Goiânia, João de Paula Teixeira Filho. Sem falar, ao quando chegar ao aeroporto estava acompanhado de Dom Cândido Penso, Bispo de Goiás, do Deputado Federal Anísio Rocha, do Major Mauro Borges Teixeira e de Dona Gercina Borges Teixeira.

O cortejo que percorreu da Av. Paranaíba (Paróquia Imaculado Coração de Maria) é considerado um dos momentos mais importantes da entronização do Bispo, Dom Fernando e Dom Armando Lombardi foram posicionados no centro da procissão que tinha à frente, respectivamente, as irmandades religiosas, os padres e os bispos e, logo atrás, as autoridades civis e militares. A organização do cortejo expressava uma hierarquia que se iniciava com as representações mais simples do clero até as mais elevadas. D. Fernando em ato solene de posse já quebra os protocolos (Cerimonial dos Bispos), que definia que os cidadãos e as autoridades civis vinham em primeiro lugar, como forma de expressar sua submissão ao clero, na entronização de Dom Fernando as autoridades vinham atrás dos clérigos, tratando-se de um privilégio concedido pelo Bispo.

Segundo Borges (2011), Dom Fernando se apresentava de forma majestosa; paradoxalmente, ao caminhar entre o povo, procurava se posicionar como o Arcebispo do despojamento, um pastor de todas as camadas sociais.

Até mesmo a posição geográfica parece ter sido cuidadosamente elaborada, o cortejo subindo a Avenida Araguaia passou pela Praça Cívica e desceu a Avenida Universitária até a Catedral. As autoridades eclesíásticas percorreram um trajeto entre dois domínios da Igreja – da Paróquia Imaculado Coração de Maria até a Catedral – simbolizando sem reserva alguma o domínio territorial da Igreja com a legitimidade das autoridades políticas presentes.

A praça cívica, sede do poder político, poderia ter ficado de fora, todavia a comitiva de Dom Fernando passou em frente ao Palácio do Governo. Com esse gesto, o Arcebispo mostrava seu propósito de aproximação entre Igreja e Governo, no que teoricamente era

correspondido por uma faixa colocada em plena praça: “Boas vindas do povo e do governo goianos ao Arcebispo de Goiânia”.

Essa postura bilateral mostrava a disposição tanto de D. Fernando, quanto do Governador em superar os dissensos entre o âmbito civil e religioso em Goiás, que marcou um período do episcopado de seu antecessor. D. Fernando defendia a cooperação entre Igreja e Estado e trazia na bagagem uma série de projetos que dependiam desse apoio. Entretanto, como é perceptível em sua Pastoral de Saudação, o Arcebispo mostrava também preocupação com a questão social do Estado.

Após esse percurso, o cortejo finalmente adentrou a Praça da Catedral, dando início à última parte do rito de entronização. No entanto, o cenário da cerimônia era então uma construção inacabada, por motivos políticos aqui já abordados. Portanto, a cerimônia foi realizada ao ar livre e o altar foi montado na plataforma. A fachada inacabada foi coberta com cortinas brancas, tendo ao fundo, na parede sem cobertura, um estandarte estampado com a imagem de Nossa Senhora Auxiliadora, padroeira de Goiânia.

Uma multidão de fiéis se concentrava na praça, aguardando ansioso o início da cerimônia posse do primeiro Arcebispo de Goiânia. Borges (2011) registra que o primeiro a falar foi o Governador do Estado que, após saudar o Nuncio apostólico e o novo Arcebispo, ressaltou a religiosidade do povo goiano e a harmonia entre o poder estatal e o poder espiritual. Logo após o Nuncio Apostólico cumprir o protocolo do Vaticano, e, na seqüência da cerimônia, Dom Fernando dirigiu-se à cátedra, sentou-se, fez suas orações e foi cumprimentado pelo vigário mais idoso da Arquidiocese, Padre Florentino, pároco de Itumbiara. Dom Fernando foi saudado como Arcebispo de Goiânia por Dom Abel Ribeiro de Camelo, Vigário Capitular da Arquidiocese.

Dom Fernando foi o último a falar durante a cerimônia. Em sua Pastoral de Saudação mostrou compreender que aquele era um momento especial para se apresentar à sua nova comunidade, que demonstrava grande expectativa em assumir logo sua missão na Arquidiocese de Goiânia. A primeira Pastoral de D. Fernando trouxe uma longa reflexão sobre o papel da Igreja no mundo moderno, ressaltando que o termo modernidade não implica em abandono da autoridade e da disciplina eclesial.

Para o Arcebispo, se por um lado o mundo moderno afasta o homem do sobrenatural, atraindo-o para os interesses naturais, por outro há o desejo desse homem de retorno a Eterno. A missão da Igreja seria justamente oferecer ao homem moderno a resposta para aquilo que procuram. Em sua primeira palavra como pastor da Arquidiocese já convoca os leigos o cumprimento dessa tarefa, chamando a atenção para a dependência do laicato em relação à

hierarquia. D. Fernando destacava também necessidade de uma atualização dos métodos por parte dos sacerdotes, reforçava que o apostolado deveria adaptar-se à realidade da vida moderna, promovendo iniciativas adequadas às necessidades do momento. Em sua lógica o evangelho é eterno, imutável, mas a sua aplicação necessita de adaptações.

O Arcebispo deixou claro que sua principal linha de atuação seria a implantação de estratégias para trazer de volta os católicos que se afastaram da religião atraídos por outras religiões e até por ideologias modernas. Volta a interar que sem a participação do leigo esse processo não avançaria. Explica ainda o novo líder que o que chama de atualização pode ser traduzido por privilegiar a Ação Católica.

Borges (2011) parece insistir na tese de que todos os eventos que marcaram a chegada de D. Fernando ao posto de Arcebispo de Goiânia foram cuidadosamente elaborados pela Igreja para fixação no imaginário popular de uma figura impecável. Contudo, o próprio D. Fernando ressalta o caráter espontâneo e acolhedor da comunidade nos eventos que marcaram sua posse com Arcebispo. O Jornal Brasil Central reforça essa espontaneidade:

[...] A recepção que Goiânia fez a Dom Fernando e ao Sr. Nuncio Apostólico foi o tipo da coisa realizada sem encomenda, sem programa prévio, sem organização enquadrada em moldes demagógicos. [...] A nota marcante de tudo foi sem dúvida a atmosfera de espontaneidade que envolveu o ambiente de festa que todos gostam, dando a todas as fisionomias um ar de euforia como se todos dissessem depois de grande espera: “Finalmente chegou o enviado do Senhor”. (O jornal Brasil Central, 1957, p. 2)

Em seu trabalho historiográfico, Borges (2011) observa que a magnificência da solenidade, o significado do ritual de entronização e os rumos apontados pelo Arcebispo em sua primeira alocução desvelam um caminho a ser percorrido pela Arquidiocese. Ainda destaca que catedral inacabada parecia sinalizar a missão do novo Arcebispo: dar continuidade ao projeto existente de doutrinação, mas, sobretudo construir novas possibilidades, com o objetivo de manter em seu aprisco as ovelhas atraídas pelo apelo secular. D. Fernando ficou conhecido por ser afinado com a tradição católica, sem deixar de ser um homem de mente aberta para novas possibilidades, homem que marcou sua história por constantemente estar repensando suas estratégias para trazer de volta homens e mulheres ao aprisco da Igreja.

Dom Fernando tinha consciência plena das significativas mudanças pelas quais passava o país, particularmente, o Estado de Goiás, principalmente pela ausência de um poder centralizador, ou seja, de um bispo para arregimentar e organizar as atividades da Igreja

Local. A sua cerimônia de sua entronização, com todos os ritos solenes, o apresentou aos fiéis e às autoridades políticas e militares como uma figura capaz de colaborar com a construção de uma nova história, tanto do Estado, como da Igreja. Ao se apresentar ao povo goiano, D. Fernando convocou todos os segmentos à unidade em torno de sua linha pastoral bastante definida e que seria implantada com prioridade visando intensificar a presença da Igreja na sociedade.

Dom Fernando assumiu a Arquidiocese de Goiânia em 1957, no contexto, iniciava-se a construção de Brasília, e dentre suas missões, estava incumbência de abrir espaço para a Igreja na nova capital federal, sob sua jurisdição. Para Borges (2011), no período em que Juscelino Kubitschek enfrentava resistências em relação à transferência da capital, o D. Fernando aproveitou a presença de todo o episcopado brasileiro em Goiânia para participar da 4ª Reunião Ordinária da CNBB, em 1958, e levou os bispos a uma visita a Brasília, sendo recebido pelo Presidente da República, pelo arquiteto Oscar Niemayer e pelo urbanista Lúcio Costa.

No ano seguinte, a capital fora novamente mobilizada pelo Arcebispo ao promover a recepção da imagem de Nossa Senhora de Fátima, chegava de Portugal, doada pela revista Portugal-Brasil. O evento contou com a presença do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek e do Embaixador de Portugal, Manuel Rocheta e de outras autoridades. Na recepção dos visitantes estavam Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, Monsenhor Domingos Figueiredo, Vigário Geral de Brasília, Israel Pinheiro, Presidente da nova capital, autoridades civis e militares e grande número de sacerdotes. Dom Fernando chamava novamente a atenção para a importância do apoio da Igreja ao Estado: “Nas horas difíceis e talvez decisivas, não faltou a V. Ex.<sup>a</sup> como não faltou a Brasília, a benção e a colaboração da Igreja” (SANTOS, 1959, p.55).

D. Fernando chegou à sua nova Arquidiocese buscando a colaboração do poder estatal para efetivação dos seus projetos. Em sua pastoral de saudação a Goiânia (SANTOS, 1957), o Arcebispo se mostrou otimista em relação ao homem moderno, sem deixar de alertá-lo a necessidade da busca pelo sobrenatural, reafirmando que a missão da Igreja é essencialmente sacerdotal e que aos líderes da Igreja a continuação da obra apostólica. Ele deixa claro que existe uma hierarquia na Igreja, que é responsável direta por todo o seu sucesso. Então mesmo na maturidade, D. Fernando continuava defendendo a concepção de uma Igreja forte e centrada na hierarquia, postura que o acompanhou até meados da década de 1960, justamente após sua participação no Concílio Vaticano II (1962-1965).

Segundo Pierucci (1984), a partir de 1945, a preocupação Igreja Católica no Brasil passou a ser comunismo, essa preocupação fez com que a Instituição buscasse atender também as demandas sociais da sociedade. Ao identificar o comunismo como seu principal adversário, a Igreja apresentou projetos de “inspiração cristã” para se contrapor à expansão dessa ideologia, convocando os leigos para ajudá-la na tarefa de reconquistar as massas católicas.

Foi nesse contexto de contraponto com o comunismo que Dom Fernando chegou a Goiás, em 1957, e continuou sua contribuição com o projeto católico de apresentar alternativas cristãs para os problemas sociais, tendo em vista barrar o avanço dessa ideologia e reconquistar o espaço perdido pela Igreja. Assim, os primeiros anos de atuação na nova Arquidiocese de Goiânia demarcaram uma continuidade de seu projeto anterior, do trabalho na Ação Católica, no sentido de ampliar a presença da Igreja na sociedade, buscando a colaboração do Estado, conforme o seu discurso em Brasília.

Dentre os vários movimentos implantados da Ação Católica em Goiás, podemos apontar a JUC (Juventude Universitária Católica), com ênfase na formação política dos militantes. Contudo, a partir da década de 60, a JUC assumiu posição contrária aos interesses da Igreja Católica, que levou ao enfraquecimento do movimento. Com o golpe militar, membros da JUC sofreram perseguição política e a hierarquia católica saiu em defesa de seus militantes, gerando conflito entre a Igreja e o Estado.

Outro movimento implantado por Dom Fernando foi o Movimento de Educação de Base (MEB), que também teve que se reconfigurar após confrontos com o governo. O MEB se desenvolvia por meio das Escolas Radiofônicas e sua instauração em Goiás foi possível porque Dom Fernando havia adquirido, em 1958, a Rádio Difusora. Esse projeto teve início no Brasil em 1958, por Dom Eugênio Sales, Bispo de Natal. Sendo implantado em 1961 em Goiás, tratava-se de um programa de alfabetização, promoção social e iniciação profissional voltado para a zona rural.

No entanto, a partir de 1963, o movimento também se politizou devido ao contato dos seus membros com a realidade social, gerando outra crise com o golpe militar e a perseguição política a vários membros do movimento. Assim, novamente foi necessário uma mudança radical nos propósitos do movimento.

Outro projeto realizado com o apoio do governo federal foi a reforma agrária na Fazenda Nossa Senhora da Conceição, terras de propriedade da Arquidiocese de Goiânia, situada em Corumbá. Assim D. Fernando ofereceu as terras da Igreja e o governo disponibilizou verbas para realização do projeto.

Conforme Amado (1996), a experiência iniciada em 1959 se esgotou em 1966. Para ele, alguns fatores determinaram o declínio dessa fantástica iniciativa, dentre as quais disputas políticas entre os membros assentados e da equipe executiva, falta de pagamento de prestações ao Banco do Brasil, além da transferência do projeto para a responsabilidade da recém-criada Diocese de Anápolis, em 1966. Porém, a falta de compromisso do governo militar com o empreendimento parece ter sido o principal desencadeador dessa situação e o efetivo declínio do projeto.

Apesar dessa tremenda vocação para o social, D. Fernando sempre manifestou como maior preocupação o setor pastoral, principalmente área de formação tanto do clero como dos leigos.

Dom Fernando encontrou em Goiás ampla rede de escolas católicas, e empenhou-se em completar a obra da educação, com a criação da Universidade Católica de Goiás; como mantenedora da universidade criou a Sociedade Goiana de Cultura (SGC).

No ano em que tomou posse, criou a Revista da Arquidiocese, iniciativa que revelaria a importância que atribuía à imprensa católica. Além disso, deu continuidade ao jornal Brasil Central, criado por seu antecessor, que circulou até 1964, e adquiriu a Rádio Difusora, em 1958, possibilitando a implantação do MEB. Empreendeu ainda grande obra, que foi a conclusão da catedral metropolitana, símbolo da luta e da resistência social até nos dias atuais.

Segundo Borges (2011), podemos perceber dois momentos na atuação de D. Fernando em Goiás. O mais importante foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) e, conseqüentemente, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano - Medellín (1968). No primeiro momento, o Arcebispo desenvolveu um trabalho pastoral mantido sob o controle da Arquidiocese e um trabalho social com empreendimentos em cooperação com o Estado, cujas iniciativas estavam vinculadas ao combate a visões de mundo adversárias, particularmente o comunismo. Em um segundo momento, abriu-se a uma Igreja mais participativa e comunitária, criando toda uma estrutura na Arquidiocese para consolidar sua linha pastoral, além de apoiar diversos segmentos sociais em suas reivindicações.

A convocação do Concílio Vaticano II pelo Papa João XXIII tinha, como vimos, uma perspectiva pastoral, visando buscar um diálogo e soluções para as angústias do mundo moderno. No final de 1962 em sua comunicação com Arquidiocese de Goiânia, através da Revista da Arquidiocese, D. Fernando resumiu os objetivos do Concílio em três momentos. O primeiro tratava-se da restauração dos valores espirituais. O segundo buscava o despertar na humanidade o espírito comunitário. E finalmente, seria buscar uma adaptação da disciplina eclesial às necessidades do mundo contemporâneo.

Conforme Beozzo (2005), Dom Fernando participou das quatro sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965) e marcou presença com seis intervenções, quatro escritas e duas orais. Durante a Segunda Sessão Conciliar, em 1963, o Arcebispo fez uma intervenção oral durante a discussão sobre o esquema dos bispos – *De episcopis ac de Diocesium Regimini* – propondo, em nome de 60 bispos brasileiros, a ampliação do poder de ação dos bispos no interior da Igreja.

Na terceira Sessão Conciliar, Dom Fernando fez nova intervenção oral, durante a discussão do esquema sobre o sacerdócio – *Presbyterorum Ordinis* – tecendo contundentes críticas ao documento apresentado. Ao falar em nome de 112 bispos do Brasil e de outras nações, o Prelado revelou que a leitura do esquema proposto causou “grande decepção” e tornou-se uma “quase injúria” aos sacerdotes que, segundo o Arcebispo, esperavam uma discussão mais profunda sobre o tema, que havia sido tratado sem o cuidado necessário. Ao final de sua intervenção, Dom Fernando propôs que o texto não fosse submetido à votação e que se redigisse outro, “mais condigno”, para ser votado em uma quarta sessão conciliar. Ao terminar, Dom Fernando foi calorosamente aplaudido pela maioria dos padres conciliares em uma demonstração de apoio ao seu ponto de vista.

Assim, a repercussão na imprensa internacional sobre a intervenção de Dom Fernando foi intensa. Jornais de diversos países repetiram os argumentos do Arcebispo de Goiânia, revelando que seu posicionamento possibilitou a quarta sessão conciliar, que seria realizada no ano seguinte.

Dentre tantos debates e embates, podemos destacar algumas percepções de especialistas sobre o tema. Para Libânio (2005), pode-se ressaltar o crescimento do espírito de participação tanto dos leigos, como dos próprios bispos no interior da Igreja. Já conforme Camacho (1995), o Concílio é percebido a partir da Doutrina Social da Igreja, apontando que a Constituição *Gaudium et Spes*, mudou a maneira da Igreja se relacionar com o mundo. A Igreja propõe uma reconciliação com o povo. Assim de modo geral, pode perceber uma Igreja voltada para o povo.

Para Borges (2011), a dificuldade e multiplicidade das visões do Concílio forçaram o próprio D. Fernando a traduzir as decisões e implicações do Concílio ao povo goiano de forma gradual e segura. Após o Concílio, Dom Fernando elaborou vários documentos, visando orientar o clero e leigos da Arquidiocese, nos quais manifestava a visão de uma Igreja mais aberta, afirmando que o Concílio mudou muita coisa na Igreja para atender às novas exigências pastorais de uma nova sociedade.

#### 2.4. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO POSICIONAMENTO SOCIAL DE D. FERNANDO

O posicionamento social de D. Fernando foi alterado tanto pelo impacto recebido do Concílio Vaticano II, como pelos anseios apresentados em Medellín. Logo após o fim do Concílio, em 1967, o Papa Paulo VI lançou a encíclica *Populorum Progressio*, que dava plena continuidade à Constituição *Gaudium et Spes* (1965), aprofundando o debate e propondo ações efetivas para o cuidado integral do homem. Além disso, Gutiérrez (1988) aponta que a realidade social da América Latina era um desafio urgente para Igreja Católica. Já a Conferência de Medellín, marcaria a recepção do Concílio na América Latina. Ressaltando ainda, que na Conferência D. Fernando foi o coordenador da comissão encarregada de estudar os meios de comunicação social e elaborar o documento sobre o tema. Assim, D. Fernando participou de forma efetiva e ativa desse momento histórico (“espírito de Medellín”), que pensa a Igreja a partir de seu agir no mundo.

Para Borges (2011), após Medellín, as declarações de cunho social de D. Fernando se tornaram mais fortes. Ao regressar do evento, o Arcebispo assumiu a concepção de uma Igreja para além da sua missão espiritual, Igreja viva e inserida na história do homem real. Ressaltou ainda que a missão da Igreja é dar sentido cristão aos valores do mundo moderno, fazendo com que as mudanças ocorressem dentro dos princípios da religião, na defesa dos menos favorecidos.

Segundo Duarte (1996), a Arquidiocese de Goiânia juntamente com outras quarenta e cinco, participaram do Movimento de Ação Moral idealizado por Dom Helder Câmara, Arcebispo de Recife. Nesse contexto, D. Fernando faz uma análise da conjuntura social brasileira, revelando que ao mesmo tempo em que a sociedade sofria com a desigualdade, porém via possibilidades reais para sua superação. Nesse sentido, defendeu que o momento exigia ação, justiça e paz. E sem reservas convoca as pessoas para promoção da justiça e da conscientização dos direitos sociais.

Os opositores de D. Fernando podem aqui lançar uma questão: se estamos ressaltando a busca intensiva de um líder por justiça social, como explicar que no início do processo da Ditadura Militar a Igreja Católica apoiou o golpe?

Em seu estudo sobre a Arquidiocese de Goiânia, Duarte (1996), revela que ameaça da violência armada, principalmente após a Revolução de Cuba (1959), influenciou D. Fernando no possível apoio ao novo regime. Porém, a partir da década de 1970 houve uma nova compreensão do Arcebispo em relação ao terror e violência do regime militar. Em 1973,



publicou a carta pastoral *Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime* (SANTOS, 1982). Onde esclarece seu posicionamento contrário ao regime militar. O Arcebispo afirma que os militares no início do regime apontaram três metas que não foram alcançadas: Primeira, o combate ao comunismo, pois, o governo designava de comunista qualquer um que se posicionasse contra o sistema. Segunda, o combate à subversão, que se tornou em perseguição aos cidadãos. Terceira, o combate à corrupção, que se transformou na mordada do parlamento.

A postura e as publicações de D. Fernando, levaram o Arcebispo a ser intimado a participar de um encontro com a Comissão Bipartite, criada no governo Médici (1969-1974), composta por representantes das duas instituições Igreja e do militares, com objetivo claro de superar o antagonismo crescente entre as instituições. Sendo relevante lembrar que, embora com uma fachada democrática, as reuniões eram sigilosas e onde a tortura contra os opositores era considerada dentro do padrão do período.

Para Serbin (2001), D. Fernando chegou a um entendimento com o Grupo de Situação e, para satisfação daqueles que detinham o poder, refreou sua veemente oratória. Sua história ilustra como poucos, a grande dicotomia entre a abordagem pública e privada que os bispos faziam na ditadura.

D. Fernando era um defensor da Ação Católica e, segundo Serbin (2011), pertencia à nata do grupo de bispos socialmente conscientes que controlaram a CNBB (1952-1964), mesmo perdendo a eleição para presidência para um conservador, continuou apoiando as reformas sociais no país. Contudo, a partir da morte de estudante no Rio de Janeiro (1968) e da invasão da Catedral de Goiânia por militares que levaram a morte de outro estudante, D. Fernando cortou o diálogo com as autoridades locais e exige do presidente Costa e Silva o fim de tamanha arrogância. Em 1975, apoiou a formação da CPT em Goiânia, que sem dúvida foi uma das mais importantes pastorais da era pós-Vaticano II e se colocava na linha de frente pela luta da reforma agrária.

Na visão de Serbin (2011), em 1973, dom Fernando entra na mira do Grupo de Situação, por assinar um documento da CNBB (“Marginalização de um Povo”), declarando o capitalismo culpado pela pobreza, fome, doença e morte da maioria das pessoas. O Grupo da Situação analisou esse documento e convidou o Grupo Religioso para esclarecimentos.

Para compreensão plena da participação e do significado de D. Fernando na Comissão Bipartite, continuaremos nos detendo na magnífica análise de Serbin (2011). A visão progressista de D. Fernando fica bem evidente em seu apoio a dom Pedro Casaldáliga,

considerado pelos militares um dos bispos mais radicais do país. E é atribuído a dom Fernando o título de padrinho de Pedro.

Dom Pedro Casaldáliga era alvo principal da repressão. Na visão do movimento militar, era o modelo do católico radical ludibriado pelo movimento comunista. Em sua prelazia em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, dom Pedro defendia índios e posseiros que lutavam pela terra. Em 1976, o próprio dom Pedro quase foi morto em um atentado.

Para Serbin (2011), o Grupo da Situação monitorou cuidadosamente a situação de São Félix. No encontro da Bipartite (1973), as ações e ideias de dom Pedro foram criticadas. Pedro foi acusado de “subversivo”. Após essa reunião, dom Fernando escreve seu próprio ataque contundente contra o governo.

Serbin (2011) registra que dom Fernando era adepto do desenvolvimentismo, manteve boas relações com JK, apoiando a construção de Brasília. A destituição de Goulart não foi denunciada por ele, que mantinha distancia da esquerda radical até então. Em um sermão 1968, pregou a unidade entre Igreja e o Exército. Porém, a repressão radical fez romper o laço de esperança que d. Fernando tinha no sistema político:

A base mais forte do sistema está na força das armas que dispõe de todos os meios para o povo suportá-lo. São os serviços secretos de informações, absorção dos meios de comunicação, a censura à imprensa escrita e falada, a negação do direito de defesa, a supressão, em muitos casos, do habeas corpus, a propaganda teleguiada e inegavelmente bem-feita, o populismo em torno dos esportes, o escondimento sistemáticos dos crimes oficiais ... mas por elas acobertados pela impunidade, para salvaguardar o bom nome do regime que considera onisciente, onipotente, infalível e irreversível” (Santos, Dom Fernando Gomes dos. Carta Pastoral sobre como vemos a situação da Igreja em face do atual regime, 1973).

É relevante dizer que embora dom Fernando estivesse associado aos ideais da esquerda, rejeitava veemente o comunismo. Para ele, o “comunismo era intrinsecamente mau”. Assim, como condenava as práticas do regime militar, só restava ao Arcebispo denunciar os excessos do regime militar e lutar por justiça social por meio da comunicação (Revista da Arquidiocese, Jornal Brasil Central, Rádio Difusora, Púlpito das Igrejas da Arquidiocese) que traria consciência aos membros da Igreja.

Para Serbin (2001), as cartas pastorais do Arcebispo desencadearam outra crise. Apesar de sua retórica “moderada”, ele era visto como pessoa ligada à esquerda. No encontro da Bipartite, o general Muricy referiu-se à carta pastoral de dom Fernando como um documento violento contra o governo e repleto de afirmações injustas. Assim, preocupados com possíveis repercussões, foi recomendado que o Grupo Religioso impedisse a distribuição da carta.

Relata o historiador norte-americano (SERBIN, 2001) que no encontro ocorrido no Rio de Janeiro, Dom Fernando levou seu texto escrito, o qual foi lido na reunião. O texto trazia citações de documentos da Igreja, os quais sinalizavam a relação harmoniosa entre as duas instituições, relevando a disposição da Igreja ao diálogo com os governantes. Afirmou que as tensões momentâneas entre os homens da igreja e os homens do Estado abalaram uma estrutura histórica.

O arcebispo de Goiânia ressaltou, ainda, que a Revolução de 1964 abriu novos caminhos, trouxe a esperança de livrar o país do comunismo. No entanto, segundo o Arcebispo, essa mesma “revolução” não aprisionou o espírito do Vaticano II, o qual não só levou a Igreja se renovar, mas também levou os homens comuns a desejar a paz e a solidariedade. Por fim, alertou que sozinhos, nem Igreja, nem governo encontrariam respostas para os problemas do país.

Seguindo exposição histórica de Serbin (2001), ao final do primeiro encontro, outro foi marcado para o final do mês de setembro, quando Dom Fernando voltou ao Rio de Janeiro. A nova reunião tinha outros temas em pauta e, o mais dramático deles seria a explicação do comentário de Dom Fernando distribuído na Arquidiocese na Goiânia. O Arcebispo com seu grande poder de oratória argumentou que a divulgação do conteúdo tinha objetivo informar para o grande público a boa imagem entre o governo civil e o governo eclesiástico, que ambos trabalham unidos para o bem da pátria. Ao final da reunião aproveitou para cobrar solução para a proibição da distribuição da Revista da Arquidiocese.

Serbin (2001) utiliza a expressão “contemporizou” para a mudança de propósito de D. Fernando diante da ameaça política. O Arcebispo foi obrigado a recuar em várias frentes. Teve de fazer declarações enfatizando sua posição anticomunista, afirmou que o conflito Estado X Igreja traumatizara o país, mas a Bipartite restaurou o diálogo e a mútua cooperação entre os dois.

Serbin (2001) denuncia uma contradição entre a carta pastoral e os comentários de D. Fernando na Bipartite. Publicamente, e para certo grupo católico, ele externava críticas contundentes ao regime militar. Particularmente, diante da Comissão, declarava ser favorável a continuação ao regime militar. E em um comentário muito particular, não creio que havia outra coisa a ser feita diante de tamanho autoritarismo. A Comissão diante da nova postura de D. Fernando tomou providências para que as autoridades de Goiás pedissem desculpas ao líder da Igreja Católica Goiana.

Borges (2011) resalta que esses períodos de encontros e reuniões com os militares foram perturbadores para D. Fernando, que em setembro de 1972 escreveu o Poema da Morte,

nesse mesmo período enviou uma carta de renúncia ao Vaticano. Entretanto, a resposta foi negativa, afirmando que seus embates eram produtivos e determinou-se sua permanência.

Os enfrentamentos se intensificaram no governo de Geisel, as ameaças se tornam fatos, militantes são presos, torturados e mortos. Duarte (1996) registra a morte do padre João Bosco Penido Burnier, missionário jesuíta (Prelazia de Diamantino – MT), coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário. O crime ocorreu no povoado de Ribeirão Bonito (MT), quando Brunier se dirigia à delegacia da cidade para defender duas mulheres que estavam sendo torturadas. A Revista da Arquidiocese publicou um dossiê com a morte do padre. O Arcebispo que sempre era comedido em seus julgamentos mudou o tom radicalmente, tecendo pesadas críticas ao governo.

Para Duarte (1996), a morte do padre Brunier é o marco divisório entre a Igreja e o Estado. A partir de 1974, pode-se perceber a Igreja trabalhando para criação de organismos voltados para a defesa dos direitos humanos, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Dentre todos esses organismos, as CEBs tiveram expressivo crescimento na Arquidiocese de Goiânia. Esse crescimento ficou evidenciado quando a Arquidiocese foi escolhida para sediar o 6º Encontro Intereclesial de CEBs.

A CPT e o CIMI tiveram Goiânia como palco para sua criação, em 1975, com o patrocínio de Dom Fernando. O CIMI foi criado durante a I Assembleia Indigenista e a CPT teve sua criação definida no relatório final do Encontro de Pastoral da Amazônia Legal, atuando intensamente nos conflitos de terra na região desde então. Dom Fernando, além de acompanhar o trabalho da comissão, se posicionava em defesa das vítimas dos conflitos que ocorriam não só em Goiás, mas em todo o país. A criação desses organismos ocorreu no contexto de abertura lenta e gradual durante o governo Geisel (1974-1979), período de ressurgimento dos movimentos populares no país. Devido ao seu posicionamento no campo político, Dom Fernando tornou-se referência para diversos movimentos em Goiânia e no país.

Para Duarte (1996) as manifestações sindicais e classistas mudaram de endereço, antes marcadas para a Praça Universitária, porém, com a repressão militar, passaram a acontecer na praça da catedral, logicamente com o apoio de D. Fernando. Mudança geográfica e política que permanece até os dias atuais.

Outro movimento social que contou com o apoio de D. Fernando, foi o das ocupações urbanas em Goiânia. A primeira invasão ocorreu em 1979 no Jardim Nova Esperança e contou com o apoio da Arquidiocese. O Arcebispo declarou que considerava vergonhosa a situação urbana de Goiânia, diante da existência de milhares de imóveis vazios e terrenos sem

nenhuma utilização, havia também mais de duzentas mil pessoas sem direito a terra. Nesse contexto nasce o famoso slogan: “Sem violência e sem medo”. Todas essas mudanças podem ser enquadradas como uma atualização das transformações promovidas pelo Concílio Vaticano II.

Duarte (1996) identificou que a partir dos anos 1950, a Igreja Católica no Brasil se inseriu de maneira mais direta no debate sobre a construção da nação, inclusive D. Fernando, adotando o discurso desenvolvimentista da economia do país. Essa concepção de desenvolvimento pressupunha a participação subsidiária da Igreja e tinha como metas a superação da miséria e atraso tecnológico, conscientização das massas dominadas ideologicamente e por último a integração de Goiás no cenário nacional.

Nesse sentido, o Arcebispo acreditava que a construção de Brasília no sertão goiano traria processo e desenvolvimento. Para D. Fernando, Goiás, com seu enorme potencial socioeconômico em função de sua localização, potencial humano e riquezas naturais, precisava aproveitar a oportunidade que a transferência da capital federal oferecia e assumir seu papel como centro de equilíbrio do país.

A intervenção do Estado Nacional visava integrar ao mercado nacional esse espaço territorial isolado geograficamente e economicamente, transformando o sertão em possibilidades produtivas e comerciais. E aqui entra a habilidade e a capacidade de convencimento do nosso Arcebispo. Antes de transformar o sertão, era necessário transformar os hábitos e a mentalidade do sertanejo. Segundo Souza (1997), o sertão precisava ser civilizado pela agricultura, indústria e comércio, acompanhados pelas redes de transporte e comunicação, tornando-se viável economicamente.

Para Borges (2011), D. Fernando, ao comparar as duas regiões onde exerceu seu ministério, atribuía ao nordeste uma população mais densa, politizada e consciente de sua situação infra-humana, enquanto Goiás contava com uma população escassa e com dificuldades de comunicação que, logicamente, impediam a conscientização sobre sua condição social de miséria.

Apesar do aspecto negativo do subdesenvolvimento da região central, o Arcebispo colocava Goiás como centro de equilíbrio para que o Brasil pudesse expandir-se harmoniosamente. Segundo ele, o sertão poderia sair da sua condição rusticidade e isolamento. Na sua perspectiva, para cumprir o seu papel Goiás precisava da colaboração da Igreja Católica.

D. Fernando além de buscar projetar Goiás no cenário nacional, empreendeu uma luta que somava ações práticas e educativas, tendo em vista concretizar sua proposta de arrancar Goiás da situação de subdesenvolvimento. De forma prática podemos apontar duas ações de D. Fernando para alcançar seu projeto. A primeira foi a elaboração de um plano de reforma agrária que seria desenvolvido primeiramente em terras da Igreja e, caso bem-sucedido, seria expandido pelo país. O propósito do Arcebispo era que essa experiência de reforma agrária da Igreja, em colaboração com o Estado, projetasse Goiás como o responsável pela emancipação econômica do país.

Como segunda iniciativa, Dom Fernando investiu nos dois extremos do processo educacional: na educação de base (MEB), onde trabalhou a “conscientização” do homem do campo e na criação da Universidade Católica de Goiás (1959), que complementaria a função central de Goiás para a integração nacional.

Para a Igreja, o desenvolvimento econômico, sozinho, não seria suficiente para promover a valorização da população excluída. De acordo com o próprio Dom Fernando (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1961) era necessário um conjunto de ensinamentos que, além do ensino formal, proporcionasse a essas pessoas uma vida mais humana e, sobretudo, cristã. Assim, o MEB vinha atender a essa necessidade, pois visava ir além do ensino formal, buscando promover a conscientização da população carente de suas possibilidades de mudança.

O discurso de Dom Fernando permite uma leitura de afinidade da Igreja com os debates sociais que se travavam no Brasil e na América Latina, analisa Borges (2011). O caminho apontado tanto pelos cientistas sociais, como catolicismo brasileiro, como solução das mazelas uma marcha para o desenvolvimento. Para Dom Fernando particularmente, o conceito de civilização implicava em progresso. Contudo, o Arcebispo, não apenas apontava caminhos, ele estimulou a sua instituição religiosa para alavancar essa possibilidade através da ação social mediada pela doutrina cristã.

No governo de Figueiredo (1979-1985) o processo da abertura política teve continuidade, com eleições diretas para todos os cargos, exceto para presidente da República. Em 1982, D. Fernando completava 50 anos de ordenação sacerdotal, quando surge o Movimento Diretas Já, exigindo a democratização do país. Nesse contexto, Tancredo Neves foi eleito presidente do país pelo colégio eleitoral (1985). Tancredo morreu antes de tomar posse e Dom Fernando celebrou missa em sufrágio de sua alma, revelando que manteve a

esperança de uma sociedade mais justa até o final de vida, incentivando os católicos a continuarem a luta:

Nesta missa, vamos nos unir em sufrágio de sua alma, mas, sobretudo, rezar pelo Brasil. Foi com essa intenção que convidei toda a Arquidiocese: para rezarmos juntos, nesta noite, porque há poucos dias mudou o governo. Mas não foi só o governo que mudou, mudou o sistema político que perdurou durante 21 anos. Está mudando a sociedade. Compete a nós seguir esse exemplo e aproveitar desta oportunidade, esta comoção que abraçou o País inteiro e não perdermos a oportunidade. (SANTOS, 1985, p. 272)

Quarenta dias depois da morte de Tancredo Neves, Dom Fernando morreu, em 1º de junho de 1985, tendo participado ativamente da história da Igreja. Tendo deixando como marca registrada de sua ação pastoral, o cuidado e a preocupação social. Não era apenas uma assistencialista, tinha como missão primordial ensinar ao povo humilde como lutar contra a tirania dos poderosos. Com um grupo de bispos, a maioria também oriunda do Nordeste, acompanhou as mudanças na eclesiologia católica e liderou as principais mudanças na condução da Igreja. Sua formação rigorosa forjou não somente sua eclesiologia, mas também seu caráter. Sua trajetória, dedicação à causa católica serviu de inspiração para muitos padres e seminaristas. Era sem dúvidas um homem de Deus, sem deixar de estar conectado às mudanças do mundo moderno.

Segundo Borges (2011), com a morte de D. Fernando, a liderança da Arquidiocese, que antes encontrava seu ponto de unidade em torno da figura do Arcebispo, precisava cultivar sua memória como forma de manutenção da união, defendendo também o modelo de Igreja que impactou a vida de Goiânia nos últimos anos.

Nessa perspectiva, a memória é elemento essencial, que possibilitaria a Arquidiocese de Goiânia se reconhecer como grupo, ou seja, a memória seria elemento de identidade, tanto interna como externa. Assim, os relatos ultrapassariam à esfera pessoal, se constituindo como memorial do grupo. É notória que a relação de D. Fernando com a Arquidiocese se formou em torno da sua liderança, constituindo um forte vínculo identitário que se projeta até os dias de hoje.

Borges (2011) captou nos depoimentos concedidos durante o funeral de D. Fernando, uma preocupação da Arquidiocese com uma possível interrupção das obras do Arcebispo, apelando para que fosse indicado um novo Arcebispo que tivesse afinidade com o pensamento de D. Fernando para continuidade ao projeto de tornar a Igreja mais presente na sociedade.

Foram dados muitos adjetivos pela comunidade eclesial, política e leiga para buscar uma definição a D. Fernando. Na edição especial da Revista da Arquidiocese, cujo título foi: “Unidos a Jesus Cristo e aos irmãos, sem medo e sem violência” (1985), encontramos mártir, testemunho vivo, exemplo de padre, protetor fiel, profeta e pastor amoroso, contudo, destaca-se, o termo pai espiritual. Termo que foi apropriado pela comunidade goianiense. A ideia de que Arquidiocese formava uma família cujo pai continuava sendo Dom Fernando contribuía com a perspectiva de unidade em torno da memória do Arcebispo, conforme seus auxiliares planejaram.

Nessa edição especial da Revista, encontra-se registrado dois documentos de D. Fernando, os quais revelam na ótica de Borges (2011), o desejo de seus auxiliares em construir uma narrativa do próprio D. Fernando sobre os seus últimos dias. Temos em primeiro lugar, a publicação de seu poema escrito pelo Arcebispo em 1972, inédito até então, denominando-o “poema-profecia”, sugerindo que ele se preparava para um novo momento em sua vida. Temos um quase testamento, no qual também afirma que sua vida foi de renúncia às coisas do mundo e que agora a oferecia em sacrifício pela continuidade da Igreja:



### **Poema da Morte**

*Tudo foi tão rápido!*  
*De repente, o espaço sumiu, o tempo acabou.*  
 - Não sei como foi.  
*Entrei com a vida no Infinito.*  
 - Não sei como foi.  
*O corpo sumiu, para onde não sei.*  
 - *Desnudo, liberto, tomei consciência de ser alguém.*  
*Por isso, talvez, senti-me tão bem!*  
*Julguei ser seguro como se todos e tudo, os homens, o mundo,*  
*estivessem comigo no Infinito.*  
 - *Descrever não se pode.*  
*Não há frio, nem calor ...*  
*Nada se sente, é diferente!*  
*A gente não ouve, não sofre, não geme, não tem fome, nem sede, não come, não bebe.*  
*Sem tato, sem dor, sem cheiro, sem gosto, sem grito, sem choro, sem nada que impeça*  
*a liberdade na glória dos filhos de Deus.*  
 - *O infinito consiste em ver e amar.*  
*Basta ver, intuir, conhecer sem cessar, por amor, para amar.*  
 - *Amar é morrer sem se acabar.*  
*Morrer é amar.*  
*Só isso, mais nada!*  
 - *Liberdade total da inveja e do ódio, do ciúme e do medo.*  
 - *No infinito não há aventura ou calúnia, convivência, omissão, injustiça, opressão.*  
*Morrer é tão bom!*  
 - *Tudo isso foi sonho?*  
*Será profecia?*  
*Ficou na lembrança...*  
 - *Um sonho, talvez, que me trouxe alegria, me alimenta a Esperança!*  
 - *Quem me dera morrer de repente, sem dar trabalho, mas trabalhando na missão,*  
*com gente na Redenção.*  
 - *Morrer é tão bom!*  
*Pra ver sem sombra, sem véu, a face de Deus,*  
*na Casa do Pai que mora no céu!*  
*(Setembro – 1972)*

A memória de Dom Fernando extrapola o campo religioso, alcançando uma esfera “mitológica” para Borges (2011). O final de uma vida que se consumiu à vista dos fiéis, em uma dedicação considerada exemplar, oferece à posteridade a construção de um mártir. O próprio D. Fernando em seus discursos, principalmente os publicados na Revista Arquidiocese parece indicar como ele mesmo gostaria de ser lembrado. E não resta nenhuma dúvida que ele gostaria de ser lembrado pela sua dedicação à Igreja e ao povo oprimido.

## **CAP. III - SEM VIOLÊNCIA E SEM MEDO: A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Nesse último capítulo, procuraremos fazer uma análise documental dos escritos específicos de D. Fernando sobre o Concílio Vaticano II, usaremos como fontes basilares suas cartas pastorais, documentos pessoais e sobretudo os artigos da Revista da Arquidiocese (62-68).

D. Fernando antes da Abertura Oficial do Concílio escreve uma pastoral, na qual revela tanto o que ele esperava do Concílio, como também a dinâmica que a Arquidiocese deveria tomar para colaborar com o êxito do evento.

O Arcebispo explica didaticamente em sua carta o que será o Concílio, esboço que analisaremos na íntegra para reforçar nosso entendimento sobre as intenções do Concílio Vaticano II e seus modos de apropriação.

### **3.1 - O QUE É O CONCÍLIO?**

O primeiro tópico responde à questão: O que é o Concílio? O Arcebispo parte, então, do próprio discurso do Anúncio do novo Concílio, feito por João XXIII para definir suas características principais:

Pronunciamos diante de vós, por certo tremendo um pouco de emoção, mas ao mesmo tempo com humilde resolução de propósito, o nome e a proposta de dupla celebração: a de um convocado para estudarem e resolverem, juntamente com o Papa e sob a sua autoridade, as mais importantes questões doutrinárias e disciplinares que interessam à vida da Igreja (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1962 - p. 320-321)

Fica claro e evidente que não se tratava de mais de uma simples reunião de Bispos. Estávamos diante do maior evento do cristianismo dos últimos tempos. D. Fernando cita a alocução do Santo Padre de (19.03.1961) para dar a devida ênfase ao Concílio Ecumênico:

O Concílio é feito para todo o povo cristão que nele está interessado pela circulação mais perfeita da graça, da vitalidade cristã, que torna mais rápida a aquisição de bens verdadeiramente preciosos da vida presente e que asseguram as riquezas dos séculos eternos (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1962 - p.321).

João XXIII buscava uma renovação dos costumes e práticas da Igreja, tinha como alvo específico trazer uma adaptação da disciplina eclesiástica às necessidades contemporâneas. Tarefa definida por ele como uma “missão divina”.

Outro aspecto impressionante do Concílio (Período de Preparação e Convocação) percebido por D. Fernando foi a busca por união entre a Igreja católica e os não-católicos:

Com a graça de Deus, faremos, pois o Concílio; e pretendemos prepará-lo tendo em mira aquilo que é mais necessário consolidar e revigorar na estrutura da família católica, em conformidade com o desígnio do nosso Senhor. Depois, quando houvermos realizado este poderoso projeto, eliminando-se aquilo que, da parte humana, podia obstar a um caminho mais expedito, apresentaremos a Igreja em todo o seu fulgor, sine macula et sine ruga, e diremos: Vede, irmãos, esta é a Igreja do Cristo. Esforçamo-nos por sermos fiéis, por pedir ao Senhor a graça de que ela permaneça tal como Ele a quis. Vinde, vinde: este é o caminho aberto para o encontro, para o retorno; vinde tomar ou retomar o vosso lugar... Da paz religiosa, da família cristã reconstituída... É lícito esperar para o mundo inteiro! (Revista da Arquidiocese 62 – p. 322-323).

### 3.2 – O QUE PODEMOS ESPERAR DO CONCÍLIO?

O segundo tópico é: o que podemos esperar do Concílio.

O mundo estava passando por uma transformação em todos os aspectos, científicos, tecnológicos, sociais, políticos e principalmente ideológicos. Existia fome e sede por justiça e igualdade. E nesse contexto bastante conturbado, surge a ideia de Concílio Ecumênico, tendo como propósito incrementar a fé católica. Isso significa restaurar a credibilidade da religião, recolocar a sociedade em bases cristãs: “O problema mais sério e profundo da hora presente é de ordem religiosa” - Santos (1962). O problema econômico, na visão eclesiástica, não pode ser considerado o eixo central da existência humana.

D. Fernando entendia que o debate sobre a questão da miséria social seria ampliado no Concílio Vaticano II, ele deixa claro que a má distribuição de renda e riquezas é a responsável direta pela existência da pobreza:

O pobre não é pobre porque lhe falta o necessário. Mas lhe falta o necessário porque os bens são mal distribuídos. E os bens são mal distribuídos por falta de justiça. E essa falta de justiça provém de alguém, de alguma pessoa, seja o patrão, seja o proprietário, seja o mesmo pobre, sejam todos de uma vez. A injustiça não vem da terra, nem da produção, nem dos meios de produção, nem dos armazéns, nem dos meios de transportes. Mas dos homens que os detêm ou administram (Carta Pastoral 1962, p. 05)

Além da busca incessante por justiça social, a Igreja deveria buscar uma restauração dos costumes e valores, enfocando o problema da pobreza. D. Fernando cita o objetivo do Concílio na ótica de João XXIII para justificar esse pensamento:

O Santo Padre no importante discurso que pronunciou em 1960, dando início aos trabalhos da Comissão Preparatória, revelou, em síntese, o grande objetivo do Concílio: repor o seu devido valor e em plena luz a substância do pensamento e da vida humana e cristã, de que a Igreja é depositária e mestra (Carta Pastoral 1962, p. 06)

Na percepção da Igreja, mais do que problemas isolados de ordem doutrinária, havia um tema central para ser debatido, o retorno aos princípios e valores cristãos abandonados pela sociedade contemporânea. Vivemos tempos onde o sobrenatural não faz qualquer sentido na vida das pessoas, mesmo daquelas que se convençam cristãs.

D. Fernando continua sua exposição apresentando outro objetivo do Concílio, a saber: a disciplina eclesiástica. Aqui temos duas vertentes, primeiro a igreja buscava um revestimento de santidade do clero; segundo, pregava-se a necessidade de que o povo fosse instruído na verdade da fé e da moral cristã. Assim, na expectativa de D. Fernando, o Concílio Vaticano II iria processar uma completa revisão da Igreja, que implicaria em nova orientação para a Ação Católica, para a Liturgia, para o desenvolvimento do ministério dos Leigos e principalmente sua atuação no campo social.

### 3.3 - O QUE DEVEMOS FAZER PELO CONCÍLIO?

O terceiro tópico da Carta Pastoral trata da questão: O que devemos fazer pelo Concílio?

Para Santos (1962), diante de um acontecimento tão extraordinário como um Concílio Ecumênico, evento que marcaria e mudaria a vida de milhares de pessoas, era impossível ficar indiferente. E de modo particular, os agentes diretos de ação (ou seja, a comunidade eclesiástica) não somente deveria refletir, mas sobretudo, deveria tomar ações concretas para efetivação prática das propostas conciliares. O texto convida:

Homens e mulheres, crianças e velhos, enfermos e sãos, camponeses ou cidadãos, agricultores, comerciantes, industriais, funcionários, estudantes, operários, soldados, professores, magistrados, governantes, cientistas, homens de todas as profissões, pais e mães de família... todos, qualquer lugar ou circunstâncias, sacerdotes, religiosos e leigos têm um dever para com Deus, para com a Igreja e para com a sociedade, nessa hora em que se vai reunir a Ecumênica Assembleia (Carta Pastoral 1962 – p. 9).

O objetivo do encontro está posto diante do mundo: o reencontro da comunidade cristã com o seu Redentor, numa fase de agonia moral da História.

D. Fernando apela para que a comunidade católica acompanhe com interesse e devoção os trabalhos conciliares, assim com cidadãos de uma pátria que está em guerra procuram colaborar mesmo a distancia com seu exército, os católicos goianos são convocados a participação.

O Arcebispo apresentará um resumo geral daquilo que a Arquidiocese de Goiânia poderá realizar de forma prática para o sucesso do Concílio Vaticano II. Em primeiro lugar, a comunidade deve orar pelo Concílio. Segundo, acompanhar todas as decisões possíveis do Concílio. E terceiro, estar disposta a obedecer aos novos padrões e valores que o Concílio trará ao povo cristão.

Ao se dirigir à Arquidiocese de Goiânia nas vésperas do Concílio, D. Fernando lembra sua comunidade de pontos essenciais que definem uma Arquidiocese: “a Arquidiocese, é, pois, isto que chamamos de comunidade de fé, de vida e de caridade. Todos os seus membros, devem ser solidários uns aos outros” (Carta Pastoral 62 - p. 10).

D. Fernando revela a comunidade goiana que o tempo é oportuno para um grande investimento social em ações que determinarão o êxito do Concílio Vaticano II. Os princípios são:

1. Revigorar os laços pastorais com o Bispo -
2. Acabar com a indiferença religiosa.
3. Ação Católica – a utilização dos leigos em todas as esferas da Igreja (Juventude Universitária Católica – JUC; Juventude Estudantil Católica – JEC; Juventude Operária Católica – JOC e Juventude Agrária Católica – JAC) (Carta Pastoral 62 – p. 11-12):

Por fim, D. Fernando troca a palavra apelo por advertência, assim partindo desse pressuposto, faz uma “caridosa advertência” aos membros da Arquidiocese no sentido de se

unirem cada vez mais, de se conhecerem e ajudarem mutuamente, promovendo fortemente a obra católica em Goiânia.

Com seu coração de Pastor, D. Fernando revela a grande importância do trabalho com os jovens nas Universidades, nas Escolas e nos Colégios, centros educacionais denominados de “viveiros de apóstolos” pelo Arcebispo: “Procurem consolidar em bases cristãs a tarefa mais divina que humana de educar a Juventude e orientá-la para os altos ideais cristãos” (Carta Pastoral 62 - p. 14).

O Arcebispo termina sua carta agradecendo aos coordenadores diocesanos, segundo ele, fieis no cumprimento de todas as suas orientações pastorais. Afirma que transformará em orações pela Arquidiocese, pelo Governo e todo povo do Estado de Goiás seu sentimento de gratidão. Encerra sua carta determinando aos Párocos, Vigários, Capelães e Reitores das igrejas que leiam e expliquem sua carta pastoral aos fiéis.

Após se despedir da Arquidiocese de Goiânia, e ter revelado a grandeza do evento histórico aos seus liderados, D. Fernando parte para Roma. Porém, sempre mantivera muito bem informada sua comunidade através de suas cartas pastorais, cartas essas que foram publicas e analisadas nas Revistas da Arquidiocese (62-65).

Será justamente sua interpretação, seus enfoques, sua análise e a percepção do Concílio transmitida pelas suas cartas, nosso guia para buscar entender o impacto do Concílio Vaticano II. Tais expectativas já criam um modo de apropriação.

Em sua exposição dos temas que serão debatidos durante o Concílio, D. Fernando destaca em primeira mão a importância da ação dos leigos na Igreja:

Por certo que o Concílio ditará importantes diretrizes para a ação dos leigos na Igreja, lhes indicará caminhos, lhe recordará direitos e deveres e lhes forçará sua personalidade como membros da Igreja (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 62, p. 364).

D. Fernando revela que é desejo do Papa que todo o homem católico seja plenamente engajado nas ações da Igreja. A partir dessa iniciativa, a comunidade católica é convocada a uma mudança radical de propósito, ou seja, a Igreja deixaria de estar centralizada em ações internas e deveria buscar praticar os ensinamentos na sociedade:

Sente surgir no seu íntimo a necessidade de ser e demonstrar-se cristão no exercício de todas as suas idades também nas de caráter profano, difundindo em seu redor, o bom odor de Cristo, e operando a consagração do mundo, da família, da profissão, da escola e do Estado (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 62, p. 365).

O Arcebispo convocou sua comunidade para uma intensa e ativa participação na estrutura social de Goiânia. Toda ação do cristão deve-se basear na lei caridade: doar-se sem cálculo, compromisso ou sentimento de retorno. Assim, essa ativa presença na vida social implicará na verdadeira transformação do mundo decaído moralmente. Para dar peso ao seu apelo, D. Fernando faz menção de uma citação do Papa João XXIII ao laicato:

No vasto campo da ação pastoral que se abre por ocasião do Concílio, os leigos estão profundamente convidados a ocupar seu posto de responsabilidade individual e comunitária nos setores de assistência e beneficência (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 62, p. 365).

Após o destaque do trabalho com os leigos, D. Fernando celebra também o aumento e distribuição do clero nos temas centrais do Concílio. O Arcebispo traz os seguintes dados estatísticos para uma reflexão da Arquidiocese:

A Igreja precisa de 200 mil novos sacerdotes. Apenas 4. 238 foram ordenados no último ano. A população mundial cresce anualmente 47 milhões, sendo 20% de católicos. Seriam então suficientes os 300 mil sacerdotes para os 520 milhões católicos e para anunciar o evangelho aos quase 3 bilhões de homens que não professam o catolicismo (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 62, p. 366).

Além do pequeno número de ministros, o clero sofre também com uma distribuição inadequada. Na América Latina estão 33% dos católicos e menos de 2% dos sacerdotes. Já na Europa, temos 48 % dos católicos, com 66% dos sacerdotes. Só na Itália, o número de sacerdotes é maior do que os do continente americano.

Após essa explicação estatística, embalada de preocupações, D. Fernando apresenta a possível solução que o Concílio Vaticano II trará o tema. Primeiro, ele afirma que um esquema que prevê a possibilidade da distribuição mais homogênea do nos diversos países católicos será apresentado ao Papa. Outra ação prevista para o aumento dos Ministros da Igreja deverá ser um conjunto de medidas, que implicará em uma instrução religiosa mais eficaz, publicações sobre a carência dos ministros e auxílio aos Seminários na obra das Vocações Sacerdotais.

Mais do que tudo, porém, o Concilio espera viva colaboração dos católicos para difundir o Cristianismo. É o assunto da Comissão do Apostolado dos Leigos (Revista da Arquidiocese – 62, p. 366-337).

Às portas do Concílio fora publicada na Revista da Arquidiocese a mensagem de preparação da Igreja do Papa João XXIII, na qual ele estabelece o regulamento do Concílio a ser aberto em outubro de 1962. O documento, na ótica de D. Fernando, manifesta a esperança da Igreja nos trabalhos conciliares. Diz assim textualmente o sumo Sacerdote:

A Igreja, que é a santa esposa de Cristo, assim como a mãe e mestra de todos os povos, deseja antes de mais nada que a luz da verdade chegue aos seus filhos, incluindo os que vivem longe dela, para que dêem provas de ardor cada vez maior na caridade (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 62, p. 367)

Embora com todas as manifestações de apoio, da própria Igreja, da imprensa, do clero, das autoridades políticas, até mesmo dos protestantes, D. Fernando captou uma fala que releva que o Papa João XXIII não era ingênuo quanto aos embates teóricos e pragmáticos que o Concílio enfrentaria em todas as suas etapas, da Preparação à sua Recepção.

João XXIII voltou a expressar seu contentamento pela extraordinária em que toda parte obteve a convocação do Concílio Ecumênico... Disse ainda sua Santidade que o Concílio não trará a paz perfeita, como se a terra fosse uma ante-sala do céu. Infelizmente continuarão as preocupações próprias de nossa peregrinação por este mundo (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 62, p. 367-368)

### 3. 4. O CONCÍLIO ECUMÊNICO CHEGOU

O papa esclarece no discurso de abertura que “o que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficiente (João XXIII – solene cerimônia de abertura do Concílio Vaticano II)

D. Fernando descreveu com detalhes em sua primeira carta já em Roma a abertura do Concílio (Revista Arquidiocese – 1963, p. 3-5). Inicia relatando desde a viagem às 21: 45, do dia 09 de outubro de 1962, no vôo do Aeroporto Internacional do Galeão no Rio de Janeiro. O vôo que deixou de ser comum por alguns aspectos, primeiro os passageiros eram agentes históricos de um novo tempo para Igreja, ou seja, eram “Padres Conciliares”. Sem falar, que em pleno vôo foi celebrada uma missa a 10.000 metros de altura!

Já em Roma, os bispos brasileiros foram recebidos pelo Embaixador do Brasil. A maior parte do episcopado brasileiro ficou hospedada na “Domus Mariae”, D. Fernando ficou hospedado na Casa Generalicia.

No dia 11 de outubro às 9 h. na basílica de São Pedro, juntamente com 2.500 bispos de todas as partes do mundo, D. Fernando assistiu à cerimônia de Abertura do Concílio.



D. Fernando diz que os olhos do mundo estão voltados para Roma. Grande multidão de pessoas vindas do Oriente e Ocidente, a Praça de São Pedro ficou tomada. Os presentes puderam contemplar um cortejo de bispos vestidos de pluvial e mitra, levando os anseios do mundo ao coração do Santo Padre, que encerrou o cortejo sorrindo, em um ato de simplicidade e bondade.

João XXIII desce da “Sede Gestatória” e percorre, a pé, o centro da sala do Concílio, num ato fraterno e humilde. D. Fernando ao descrever a cena utilizou a seguinte expressão: “um irmão entre outros”.

Então se iniciou a cerimônia, o Santo Padre se ajoelhou diante do Altar cantou e orou com os Padres Conciliares. Sendo celebrada em seguida uma Missa pelo Cardeal Tisserant, O Papa assistiu a Missa em seu Trono. E aqui faço uma observação, no meu papel de pesquisador, João XXIII faz questão de se apresentar como irmão de todos (o “Joazinho”), porém, quando volta ao Trono para expressar sua autoridade pastoral, o comando estava com seu posto papal.

Terminada à Missa, realizou-se a sessão de abertura que proclamou o seguinte roteiro:

1. Obediência dos Padres Conciliares ao Papa.
2. Profissão de Fé do Papa e dos Padres Conciliares.
3. Orações de Abertura.
4. Canto Solene do Evangelho no rito latino e oriental (grego)
5. Súplica no rito oriental (grego)
6. Alocução do Papa
7. Encerramento com bênção solene do Papa.

Após o encerramento da Primeira Sessão do Concílio, D. Fernando ressalta o discurso de despedida de João XXIII (08 de dezembro de 1962). Na referida palavra o Papa começa agradecendo o trabalho de restauração da fé cristã mundial.

Com efeito, vossas solitudes pastorais que manifestastes, na direção dos trabalhos, quer com escritos e palavras ou com conselhos, fizeram-Nos de algum modo ouvir a voz de todos os católicos que, no mundo inteiro voltaram a olhar, neste tempo, para vossas reuniões, com grande expectativa e esperança (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 63, p. 6-7).

O seu destaque inicial celebrou a postura digna dos padres conciliares. João XXIII concentra sua celebração na Instituição Católica, que saía mais forte, santa e fatalmente bem mais unida. Mediante essa festividade da cristandade, o Papa faz dois convites básicos: o

primeiro a todos os que confessam o nome de Jesus Cristo que preguem com veemência e vivam a sua palavra. Já o segundo se refere aos que se encontram afastados, inclusive os protestantes, esses devem retornar a Casa do Pai (Revista da Arquidiocese – 63. p.9). Demonstra-se no relato o poder e a glória da igreja.

Mas já a partir do relato do encerramento da primeira sessão do Concílio (dezembro de 1962), D. Fernando começa a relatar ou traduzir os acontecimentos de forma mais prática. O grande observador toma uma nova postura, agora era preciso registrar e passar didaticamente as decisões conciliares para sua Arquidiocese. A citação textual de um documento conciliar publicada no “Osservatore Romano” confirmou que a primeira sessão do Concílio Vaticano aprovou o uso dos idiomas modernos na liturgia (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1963, p. 17). Seria agora permitido o uso da língua local nas celebrações religiosas em substituição do latim.

Pensemos no grande impacto que essa decisão trouxe ao mundo católico, primeiro ao coração do próprio D. Fernando, vendo a possibilidade de um elemento integrador nas celebrações católicas. O povo não dirá simples “amém” diante de uma prédica onde nada ou quase nada compreendia. Agora poderiam não apenas ser convocados para uma cerimônia distante de sua realidade, mas ao contrario seriam partes de um organismo vivo. Para Ferreira (2015), tudo isso acontece, quando a comunidade é levada a celebração comunitária.

Segundo D. Fernando, os resultados da primeira sessão conciliar aparentemente não foram tão relevantes, foi votado apenas o Esquema sobre a Liturgia, até mesmo pela falta de experiência e entrosamento dos padres conciliares. Porém, se for considerado o conjunto, sem dúvida nenhuma o Concílio (fase inicial) alcançou seus objetivos.

Para a Igreja, foi de inestimável valor o conhecimento mútuo e a troca de experiência entre os bispos do mundo, reunidos numa sala... Outra vantagem decorrente da primeira, foi o diálogo que se estabeleceu entre as diversas Hierarquias do mundo. Nesse particular, Hierarquia do Brasil, constituída de 204 bispos, dos quais 174 se encontravam em Roma... Os Bispos do Brasil aproveitaram os dias vividos em Roma, além dos trabalhos conciliares, para proveitosas reuniões em que foram estudados em comum os Esquemas em pauta e assuntos referentes à realidade brasileira e as nossas necessidades pastorais. Além de tudo isso, tivemos audiência com o Santo Padre (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1963, p. 74)

D. Fernando termina sua carta apelando para que toda Arquidiocese interceda pela a próxima sessão conciliar (setembro de 1963). Ele acreditava ter muitas matérias preparadas para votação, em outras palavras, o ritmo de trabalho será muito mais intenso e logicamente trará um número maior de resultados práticos para a vida eclesial.

Para fechar esse tópico, a Igreja entendeu que “embora a Liturgia não esgote toda a atividade da Igreja”, é “ela todavia o cume para qual tende toda a sua ação , e ao mesmo tempo a fonte da qual se origina toda a sua força” (Capítulo I da Constituição da Liturgia - números 09 e 10).

É inegável admiração e respeito de D. Fernando ao Papa. Isso fica evidente na publicação de uma homenagem feita pelo “Time” de Nova York. A importante publicação elegeu João XXIII como “O homem de 1962”. A Revista de Arquidiocese (1963) acrescenta que a homenagem traduz a soberania e relevância do Pontífice considerado pelo Arcebispo, o “mais popular dos tempos modernos e talvez de todos os tempos” (p. 107). Seria bom lembrar que esta é a primeira vez, nos últimos 36 anos que, o semanário norte-americano designa uma personalidade religiosa como “O homem do Ano”. Este título era dado a uma personalidade que, durante o ano, “marcou a história”.

Antes da segunda sessão conciliar, o Papa João escreveu uma carta aos padres conciliares (06 de janeiro de 62) com os pontos que ele julgava essenciais para êxito do Concílio. D. Fernando dentre os vários pontos da carta destaca a Cooperação do Clero e dos Leigos e também os Múltiplos aspectos da vida cristã que serão trabalhados no Concílio (p. 133-136).

Após essa carta, João escreveu a Encíclica “Pacem In Terris” (11 de abril de 1963). Em ato contínuo (19 de abril de 1963), a CNBB, publicou sua Mensagem ao povo católico reafirmando a necessidade de um novo olhar para questões sociais inadiáveis tais como: a questão rural; a reforma tributária administrativa e eleitoral; o problema educacional. Tanto a Encíclica Papal, como a Mensagem da CNBB (assinada também por D. Fernando) ressaltavam um novo modelo de Igreja que deve transformação o mundo. Em outras palavras já podia ser percebido na Igreja brasileira as marcas do Vaticano II.

Contudo, como já dissemos no primeiro capítulo dessa dissertação, logo após a primeira sessão o Papa João XXIII morreu (3/6/1963). Sobre o Santo Padre, D. Fernando assim resumiu deste modo seu Pontificado:

Entre as realizações grandes de seu Pontificado, podemos citar a publicação de duas grandes Encíclicas monumentais: “MATER ET MAGISTRA” (15/05/1961), “PACEN IN TERRIS” (11/04/1963). Além disso, convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II, o maior da História da Igreja, e presidiu à sua 1ª sessão. A Igreja Católica no Brasil muito deve a Santidade que criou várias Dioceses e nomeou muitos Bispos para nossa pátria (Revista da Arquidiocese de Goiânia -1963, p. 331).

Assim, depois do falecimento de João XXIII, a fumaça da Capela Sixtina subia aos céus para anunciar a eleição de Giovanni Battista Enrico Maria Montini, Paulo VI (21/06/1963).

Os olhares do mundo agora se voltavam para as novas determinações que viriam de Montini. Qual seria sua visão em relação ao futuro do Concílio Vaticano II?

Segundo Mérida e Jr (2017), no conclave de 1963, Montini sucedeu a João XXIII sem muita indecisão, escolhendo o nome de Paulo VI. Reabriu o Concílio, que havia sido fechado e logo prometeu levar adiante as reformas propostas para renovação da Igreja e diálogo com o mundo contemporâneo.

O próprio Papa Paulo VI respondeu ao questionamento sobre a continuação do Concílio da seguinte maneira:

A parte mais importante de nosso Pontificado estará consagrada à continuação do segundo Concílio Ecumênico do Vaticano, para qual se volveram os olhares de todos os homens de boa vontade. Esta será a obra principal à qual nos propomos dedicar... (Mensagem de Paulo VI - Revista da Arquidiocese – 1963, p. 381).

A temática social tratada pelos textos do Concílio Vaticano II continuaria em evidência, segundo as palavras do Santo Padre Paulo VI:

O imperativo do amor ao próximo, pedra de toque do amor de Deus, exige de todos os homens uma solução mais equitativa dos problemas sociais bem como medidas em favor dos países subdesenvolvidos, nos quais reina um nível de vida que, com frequência, não é digno da pessoa humana (Mensagem de Paulo VI - Revista da Arquidiocese – 1963, p. 382).

Enquanto isso, D. Fernando promovia no centro-oeste, o qual chama de “Brasil Novo” uma junção de forças das Igrejas para promoção de uma ação social libertadora. No entendimento do Arcebispo, o fluxo migratório para o centro criou uma camada social passiva, ou seja, que não produz ou traz riqueza. Então, para evitar um desequilíbrio social e moral da região, é proposta uma ação conjunta das Arquidioceses nos seguintes pontos: formação de líderes espirituais, formação de líderes leigos e educação de base, principalmente em favor do homem do campo (Revista da Arquidiocese 1963 – p. 399-402). É notório adesão ou recepção dos princípios do Vaticano II na Arquidiocese de Goiânia, essa “Nova Igreja” se encaixa perfeitamente com a necessidade social do Centro-Oeste do Brasil.

### 3.5. A SEGUNDA SESSÃO DO CONCÍLIO VATICANO II (SETEMBRO DE 1963)

D. Fernando com um grande senso de praticidade publicou o seu discurso realizado na rádio do Vaticano (outubro de 63), onde questiona a aplicabilidade das decisões conciliares:

Muitos perguntarão: afinal, não se pode saber nada do resultado prático desse esforço enorme dos 2.500 bispos, que afastados de suas dioceses trabalham ativamente com sacrifícios de toda ordem (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 64, p. 73).

Para amenizar o questionamento institucional, o Arcebispo argumenta que a compreensão das regras conciliares não é tarefa simples mesmo para os padres conciliares, ou seja, é uma tarefa complexa compreender a dinâmica parlamentar do Concílio. Sem falar que os anseios da Igreja são mundiais, contudo, cada bispo traz consigo anseios particulares de suas dioceses.

Mas os benefícios do Concílio são inegáveis, logo ressalta o arcebispo. Para D. Fernando, eles logo viriam:

Os Bispos se conhecem mais e melhor... Os cristãos se aproximam; os católicos se afervoram, os não cristãos se interessam pelo conhecimento do Evangelho, os povos ouvem a voz do Vigário de Cristo, a imprensa se mobiliza, no mundo inteiro para divulgação das notícias teológicas (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 64, p. 74).

Dentre as várias prioridades do Concílio, D. Fernando apresentou uma visão condizente com a do Papa Paulo VI (no Discurso proferido na Basílica de São Pedro em 03 de janeiro 64) que seria seu apoio integral ao ministério dos leigos. Paulo VI definiu o ministério dos leigos como a ponte entre a comunidade eclesial e a comunidade temporal:

O fiel não pode esquecer que ele é deste mundo, exatamente para permanecer membro participante da comunhão do Corpo Místico, bem como o homem deste mundo não pode suprimir toda lembrança e todo engajamento da consciência cristã, a fim de ter a liberdade de consagrar a fundo às exigências de uma profissão profana (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1964, p. 206).

Paulo VI continuou sua linha raciocínio apontando para o mundo católico uma gigantesca oportunidade de atuação, como agentes transformadores em todos os seguimentos da sociedade. O papa percebia na dinâmica profissional a possibilidade do contato, intercâmbio social para um posicionamento diferencial de evangelização:

Trazer para o terreno da profissão o testemunho cristão e para o terreno da vida católica o testemunho profano.

E deste modo que vosso papel se desenvolve, depois de ter reconhecido as duas cidadanias – eclesial e temporal – às quais tendes a felicidade de pertencer: trazendo ao terreno da profissão vosso testemunho cristão e ao da vida católica, vosso testemunho profano” (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1964, p. 207).

Segundo Teixeira (2002), o convite ao envolvimento, o sentimento de pertencimento traz à comunidade uma nova visão de mundo, uma nova ordem prática e coletiva. O povo brasileiro se identificou muito com esse novo modo de ser católico que pressupõe compromisso ético, moral e social.

Em pleno andamento do Concílio Vaticano II aconteceu a Revolução de 1964. Podemos observar que em sua fase inicial Igreja Católica do Brasil apoiou ao golpe militar. Dom Fernando como era de seu perfil, utilizando a Revista da Arquidiocese expressou sua visão do “momento revolucionário” de 1964:

A Revolução, segundo afirmam seus dirigentes mais qualificados, teve a intenção de arrancar o País do Comunismo, e de fazer valer a justiça, o direito e o bom senso. Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem... Entretanto, que os acusados tenham o sagrado direito de defesa (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1964, p. 216).

Contudo, mesmo que apoiando o movimento militar, para restauração da ordem social, D. Fernando deixa claro que algumas alas da Igreja (Ação Católica e Movimento de Educação de Base) foram injustiçadas e rotuladas de “Comunistas”. O Arcebispo assim expressou sua indignação contra setores do Exército, Imprensa e dos Partidos de Esquerda:

Estamos onde sempre estivemos, em defesa dos sagrados direitos de Deus e da Pátria. Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas essa restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas, que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas” (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1964, p. 217).

Nesse momento do texto poderíamos apresentar uma argumentação contrária da versão apresentada por D. Fernando para um diálogo historiográfico mais amplo, como a visão do Frei Beto ou também Leonardo Boff, com conhecida teologia da libertação. Porém, nos deteremos as transformações sociais captadas e transmitidas por D. Fernando, entendo, que no primeiro momento da recepção do Concílio Vaticano II o foco estava no apelo social e

na mudança de mentalidade do cristianismo. O próprio D. Fernando a partir do Medellín, e também motivado pelo rumo que tomou o movimento de 1964, trará com muito mais ênfase a questão política para o centro das discussões da Igreja.

Depois de explicar rapidamente as intenções e inspirações da Revolução e do posicionamento que a Igreja deveria assumir, o Arcebispo, retoma o debate teológico. Apoia-se na Encíclica Papal “Ecclesiam Suam” (06/08/1964), a qual destaca a mudança da liturgia, que deveria ser colocada em prática na Arquidiocese a partir de março de 1965. No dia 25 de Agosto de 1964, foi enviada uma Circular da Comissão Liturgia aos padres orientando a utilização da língua portuguesa nas Missas:

Conforme o decreto do Conselho Litúrgico Pós-Conciliar, pode ser usado a língua vernácula: Nas Missas, quer rezadas, quer cantadas, com assistência do povo. Em tudo o que for dito em voz alta, desde a antifona para a Comunhão até o fim. A Missa VERSUS POPULUM foi aprovada como norma para a Arquidiocese. Por isso, na construção de novas igrejas capelas, e na reforma das igrejas, o altar-mor será construído de modo a permitir a celebração da Missa VERSUS POPULUM (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1964, p.347-350).

Diante desse cenário de tantas mudanças, quer no contexto sócio-político, quer no contexto religioso, D. Fernando teve que fazer opção pelo foco da Recepção do Concílio Vaticano II em sua Arquidiocese, claro que sem deixar de lado o debate político, porém sem a mesma intensidade e dedicação da sua missão com pastor. Os dados numéricos do crescimento da comunidade católica em Goiás pós-concílio provam que a Recepção Conciliar de fato mudou a história do catolicismo goiano.

Para corroborar com a ideia essa tese de que o foco deveria estar na comunidade, cito ainda outra recomendação de D. Fernando aos padres da Arquidiocese: “De suma importância é a preparação pastoral dos fiéis para eles poderem participar da Missa com o máximo proveito” (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1964, p. 349).

Nesse contexto podemos também trazer uma correspondência do Arcebispo ao Secretariado do Apostolado dos Leigos da CNBB, onde D. Fernando revelou grande expectativa no avanço e na multiplicação tanto numérica, quanto qualitativa dos fiéis católicos no Brasil. D. Fernando se revelava também confiante em relação ao futuro sócio-econômico da nação brasileira, mesmo diante do conturbado cenário da década de 60.

No meu modo de ver, a Ação Católica tem sido, no Brasil, a organização de Leigos mais atuante, no sentido de aprofundar os estudos da teologia do Laicato; promover mais intensamente os movimentos litúrgico e bíblicos; enfrentar, à luz da Doutrina Social Cristã, os problemas sociais, políticos e econômicos da hora difícil por que passa o nosso País (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1965, p. 31).

Todavia, na mesma correspondência, D. Fernando de forma equilibrada aponta que nem tudo se processaria com plena tranquilidade, até mesmo porque segundo ele, a Igreja iria trilhar um caminho desconhecido. Entre os vários receios do Arcebispo, ele temia pelo uso da violência, não apenas entre militantes católicos e seus adversários políticos, mas também entre os militantes e militantes da Igreja. Desconsiderando os excessos, D. Fernando enxergava nos movimentos da Ação Católica, o renovo de uma fé que precisava apresentar frutos práticos em mundo em crise e que esperava algo dessa Igreja:

Quero afirmar, apenas, que se deve à Ação Católica um ressurgimento da vitalidade da Igreja em muitas áreas até então ressequidas pelo indiferentismo e pelos preconceitos: afirmação da Igreja em ambientes que pareciam impermeáveis ao apostolado dos leigos... Nunca os afastei da luta nem neguei o meu apoio nas horas amargas... (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1965, p. 32).

D. Fernando em sua carta apresentou algumas sugestões à CNBB em relação à atitude dos Bispos diante do desafio da Ação Católica no Brasil (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1965, p. 32-33):

1. Que os Bispos, com maior empenho, de acordo com o espírito do Concílio, assumam o compromisso da formação de um Laicato adulto, como requer as circunstâncias do mundo em que vivemos.
2. Que é dever da Igreja, no Brasil como em toda parte, orientar, estimular e prestigiar todas as organizações de Leigos.
3. Acatar o nome de “Ação Católica” dado pelo próprio Episcopado a uma organização de Leigos.
4. Deixar que os Bispos instituíssem em suas dioceses as organizações que acharem convenientes.
5. A Ação Católica é, por sua natureza, diocesana. É necessário que se crie, mutuamente, um clima de compreensão, de entrosamento, de serviço, em função dos interesses do Reino.

A pergunta natural que surge é a seguinte: Por qual motivo D. Fernando enviou aos líderes da CNBB as sugestões relatadas anteriormente? Segundo Skidmore (1988), a Igreja Católica do período militar estava dividida conforme sua atuação política. O grupo progressivo, que pregava contra a violência do governo e a injustiça social. O segundo grupo,



conservador, que apoiava o regime e militar e denunciava a ameaça “subversiva” ao Brasil. E o terceiro grupo, formado pela ala moderada, que evitava tomar qualquer posição pública sobre a justiça social, econômica ou política por não ter certeza da sobrevivência da Igreja caso entrasse em luta contra o governo. Segundo o autor, a ala moderada tendia a se unir aos progressistas quando o clero era vítima de violência ou vexame. Por esse motivo, o Arcebispo conclamou a liderança da CNBB para uma reestruturação tanto do pensar como do agir.

Para Serbin (2001), no Vaticano II, a Igreja oficialmente adotou a causa dos direitos humanos. O período militar foi decisivo para construção do compromisso da Igreja Católica com a luta pelo respeito aos direitos humanos:

A tortura afetou profundamente a intelligentsia (inclusive a mídia), a classe média e o clero pela primeira vez na história do país, embora o autoritário Estado Novo de Vargas tivesse usado a tortura contra os comunistas e outros supostos inimigos do regime” (Serbin, 2001, p. 320).

Na mensagem do “Mês de Maio”, Paulo VI apontou para a necessidade de a Igreja perceber a grandeza do momento histórico vivido pela comunidade eclesial. Na percepção do Papa era tempo de atualização, termo que sugere um olhar crítico para dentro de uma estrutura tida como infalível. Estamos diante da mudança de paradigmas considerados até então eternos. Embora que a maior parte do Concílio já havia sido concluída, ainda restava uma grande tarefa, talvez a mais complexa, colocar em prática os novos fundamentos da fé cristã:

Seguir-se-á a fase não menos importante da aplicação prática das decisões conciliares, que há de requerer o esforço conjugada do clero e dos fiéis, a fim de que o que foi semeado durante o Concílio possa dar bom fruto e chegar a um benéfico efeito (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1965, p. 89-90).

D. Fernando sempre procurou fundamentar suas reflexões teológicas à luz do Papa João XXIII e de Paulo VI, construído assim um forte elo entre a comunicação oficial do Vaticano e a Arquidiocese de Goiânia. Por ocasião do encerramento do Concílio Ecumênico, o Papa escreve sua alocução decisiva para consolidação do Vaticano II, destacando às várias categorias de pessoas que precisarão desprender-se para manutenção desse novo evangelho:

Esta saudação é, antes de tudo, universal. Dirige-se a todos vós, assistentes e participantes deste rito sagrado: a vós Veneráveis irmãos no Episcopado, a vós Pessoas representantes, a vós, Povo de Deus, e se estende e se dilata ao mundo inteiro. Como poderia ser de outra maneira, se este Concílio se define e foi ecumênico, isto é universal?”(Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p.3).

Segundo o princípio estabelecido por Paulo VI ninguém seria inatingível pelo poder da Igreja Romana, pelo contrario, o Concílio era a grande oportunidade para o retorno de todos os cristãos para o grupo romano.

Ninguém é estranho para a Igreja Católica, excluído ou afastado. Cada um, ao qual nossa mensagem é endereçada, é um chamado e um convidado. E de certo modo, esta presente! E nós, especialmente neste momento, em virtude da nossa missão pastoral universal e apostólica, nos amamos a todos! (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p.4).

Paulo VI faz uma convocação especial. Ele chamou a Igreja para um acolhimento universal das classes sociais oprimidas. A opção pelos pobres de João XXIII deveria continuar viva nos corações de todos os católicos. A Igreja estaria com os humilhados e impedidos.

Dirigimo-nos também a vós, doentes, presos a vossas enfermidades, e que se faltasse o conforto dessa nossa internacional saudação sentireis dobrar, por causa da solidão espiritual, a vossa dor (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p.4).

O Santo Padre termina sua reflexão entendendo que o discurso conciliar teria grandes possibilidades de ficar apenas no mundo teórico, ele previa que após os quatro anos de sessões calorosas e idealistas, o ânimo poderia ter enfraquecido se não por todos, talvez por alguns. Paulo VI nos lembra da eterna crise do ser versus o ter. E como não estamos aqui apenas para realizações pessoais, devemos retomar o sonho idealista alimentado e nutrido no Concílio Vaticano II.

Quando nós homens conduzimos os nossos pensamentos, os nossos desejos para uma concepção ideal da vida, encontramos logo ou na utopia, ou numa caricatura retórica, ou na ilusão, ou então na desilusão. O homem conserva a inextinguível aspiração para a perfeição ideal e total; mas pó si não a atinge talvez nem no conceito menos ainda na experiência e na realidade. Sabemos disto; é o drama do homem, do rei caído (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p.5).

### 3. 6. O PÓS-CONCÍLIO NA ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA

Caminhando para fechamento desse trabalho, procuraremos fazer uma análise das ações de D. Fernando à Arquidiocese no período pós-conciliar. Assim, como Paulo VI buscou ao final do Concílio perceber qual o alcance prático de suas convocações para transformações da Igreja. Buscaremos perceber como D. Fernando e a Igreja Católica de Goiás fez a recepção do Concílio Vaticano II.

Após o encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II, o arcebispo por meio de velho e bom método, convoca os olhares da Igreja se voltar de forma natural para as responsabilidades assumidas “nessa hora histórica”.

Antes de seu discurso de convocação da Igreja, o Arcebispo de modo bem praticar chama atenção dos seus sacerdotes para essa etapa extremamente delicada do pós-concílio.

Em sua fala preliminar, já deixa claro que o Concílio foi e deve ser eminentemente pastoral.

Agora que o Concílio terminou, pode-se afirmar, à luz dos documentos aprovados e promulgados, que foi totalmente fiel ao objetivo inicial. Aí estão quatro Constituições, nove Decretos e três Declarações visando a concórdia entre os homens; disciplinando, na Caridade de Cristo, pessoas e instituições da Igreja; abrindo o diálogo franco e leal com todos os homens (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 66, p. 24-25).

Definido o objetivo do Concílio, D. Fernando mostra aos sacerdotes goianos que o Concílio mudou a Igreja, não apenas com uma preocupação vazia de apresentar uma novidade, mas com a visão ampla e séria de atender as necessidades pastorais do mundo contemporâneo.

D. Fernando faz uma divisão clássica da vida eclesial: antes do Concílio a Igreja aguardou ansiosamente as diretrizes para sua atuação no mundo e agora (pós-concílio) o povo deve “tornar eficaz o que foi objeto de estudos e decisões conciliares” (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966).

Assim para cumprimento das resoluções conciliares, D. Fernando recomenda de forma veemente que aos sacerdotes: Retiro para estudo na Província Eclesiástica de Goiânia (De 25 de abril a 04 de maio/ De 5 a 08 de maio/ De 01 a 30 de agosto), para aprofundamento e interpretação pastoral dos documentos do Vaticano II.

Para D. Fernando, o Vaticano II, deixou um clima de ansiedade, com as conseqüentes incertezas e dúvidas próprias das fases de transição. O mundo havia se transformado pelo avanço tecnológico e exigia nossas respostas da Igreja:

Estava na mente e no coração de todos uma preocupação constante, em face das circunstâncias novas. Era freqüente a interrogação de bispos, sacerdotes, religioso e leigos a respeito do comportamento da Igreja, diante das realidades surgidas (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p. 220).

A partir da Convocação de João XXIII, a Igreja tomou consciência da situação moral e espiritual do mundo. A Igreja estudou os problemas da humanidade sem preconceitos ou ressentimentos. Fomos inspirados para praticar obras de solidariedade entre todos os homens.

Na visão de dom Fernando, João XXIII e Paulo VI foram os primeiros a estimular e defender o direito de expressão e ideias dos padres conciliares e de todo o Povo Cristão. Contudo, essa oportunidade única gerou na comunidade cristã um clima de expectativa, quiçá de confusão:

Nem todos compreenderam o valor, o objetivo e o significado das discussões travadas em nome da liberdade dos filhos de Deus, nem todos discerniram entre assuntos em debate e decisões conciliares (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p. 221).

Para D. Fernando, tudo que aconteceu durante a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II foi necessário para que a Igreja pudesse ter a oportunidade de ver-se a si mesma, por dentro; de ver o mundo, sentir suas reais necessidades, suas possibilidades:

O Concílio tomou conhecimento dos desvios, dos excessos, dos equívocos e das falhas. Trouxe à tona verdades novas e velhas, tesouros escondidos ou esquecidos (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p. 221).

Segundo o Arcebispo (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966), reforçado pelas palavras do Santo Papa, a Igreja estava diante da fase mais decisiva do Concílio, era o momento de tornar os documentos conciliares conhecidos, aplicados e vividos. Passou o tempo de exposição teórica. Literalmente era tempo de “Cessar as discussões”. Prova do imediato cumprimento do propósito do Concílio foi a convocação para uma série de missas especiais que se iniciariam em janeiro com término na Festa do Pentecostes em maio de 1965 quando seria explicado detalhadamente as decisões conciliares pelo próprio D. Fernando aos fiéis da Arquidiocese.

D. Fernando utilizou a Revista da Arquidiocese para expor as Constituições do Concílio, fazendo seus comentários, ou seja, dando sua interpretação sobre o documento. Houve uma série de encontros para estudos, debates e programas especiais na Rádio Difusora para momentos de esclarecimento da comunidade sobre como de forma prática aplicar as determinações conciliares. Desde sua Convocação o Concílio teve um caráter Pastoral, então logicamente que sua Recepção caminharia nessa mesma linha temática:

Na mente e no coração do Papa João estavam os católicos, os cristãos não católicos e os não cristãos: todos os homens! Enfim, não é este o plano de Deus? Jesus veio para buscar todos e por todos derramou o seu sangue (Revista da Arquidiocese – 1966, p. 56).

O Arcebispo fez questão de registrar na Revista da Arquidiocese de Goiânia na edição de 1966 (p. 51-55) o seu relato pessoal do Concílio Vaticano II. Carta Pastoral Especial que será aqui analisada com objetivo de relatar a visão do próprio Dom Fernando do impacto e força da Recepção Concílio em sua Arquidiocese.

No dia 11 de outubro de 1962, com a presença de 2.500 Padres Conciliares, começou o Concílio Ecumênico Vaticano II, depois de três anos de cuidadosa preparação.

Durante quatro anos consecutivos, a Igreja Católica, orientou suas atividades, mobilizou suas energias, afervorou seus filhos, convocou os bispos, os superiores das ordens e congregações religiosas, os peritos em todas as ciências, os funcionários e colocou-se em “estado de Concílio”.

Logo no início, o Papa João XXIII definiu os rumos e os objetivos, do sagrado Sínodo: mostrar ao mundo a verdadeira fisionomia da Igreja como obra de Cristo, na sua pureza e simplicidade, sem subterfúgios, sem compromissos ou ressentimentos, como casa comum ou o lugar do encontro dos homens que se querem unir na caridade de Cristo.

Síntese das fases do Concílio, na visão do arcebispo, e suas principais decisões:

A primeira fase (11 de outubro a 08 de dezembro de 1962) foi a mais surpreendente e cheia de lances sensacionais: tudo era novidade e nem mesmo os Padres Conciliares tinham experiência de como se processavam os trâmites internos de um concílio ecumênico. Aos bispos cabia a responsabilidade de examinar tudo, expor com franqueza a situação de sua Igreja e promover a necessária renovação, não pelo espírito superficial da “novidade”, mas pelo impulso apostólico de sua missão pastoral.

D. Fernando registra que apenas um documento oficial foi publicado: a “Mensagem à Humanidade” dos Padres Conciliares. Nessa sessão foi discutido o esquema da sagrada Liturgia.

Uma nova mentalidade surgiria logo nos primeiros embates da Sala Conciliar, graças ao Episcopado que trouxe, com sua presença, o testemunho vivo da Igreja tal qual ela é junto ao povo.

João XXIII pressentiu e predisse a nova mentalidade no seu discurso de abertura: “Uma é a substância da antiga doutrina e outra é a formulação que a reveste; e é disto que se deve ter grande conta, medindo tudo nas formas e proporções do magistério de caráter prevalentemente pastoral” (Discurso de Abertura do Papa João XXIII – 11.10.1962).

A segunda fase (29 de setembro a 04 de dezembro de 1963) caracterizou-se pelo clima de segurança e conhecimento mútuo dos Padres Conciliares. A alegria dominou a o encontro na Sala Conciliar, depois do momento de amadurecimento, dos pronunciamentos do novo

Papa e das modificações do regimento interno. Após a morte de João XXIII que abalou o mundo, surge, a figura de Paulo VI. Ao iniciar a segunda etapa do Concílio declara, no discurso de abertura, que se deve continuar com fiel coerência pelos caminhos indicados por João XXIII. Dois esquemas foram estudados e discutidos: o primeiro sobre a Igreja e o segundo sobre Ecumenismo.

Na terceira fase (14 de setembro a 21 de novembro de 1964) o Concílio consolidava-se, com a certeza de que o Episcopado assumia a responsabilidade de levar a termo o trabalho iniciado.

Foram tratados os seguintes temas:

1. Continuação do Esquema sobre a Igreja.
2. Esquema sobre o múnus pastoral dos bispos.
3. Sobre Liberdade religiosa.
4. Sobre judeus e os não cristãos.
5. Sobre a Revelação.
6. Sobre os Leigos.
7. Sobre Ministério sacerdotal.
8. Sobre Igrejas Orientais.
9. Sobre Igrejas no Mundo Contemporâneo.
10. Sobre as obras Missionárias.
11. Sobre vida religiosa.
12. Sobre os seminários.
13. Sobre a educação cristã.
14. Sobre o sacramento do matrimônio.

Por fim, foram promulgados três Documentos: a Constituição Dogmática sobre a Igreja e os Decretos sobre as Igrejas Orientais e sobre o Ecumenismo.

A quarta e última fase do Concílio (14 de outubro a 08 de dezembro de 1965) foi considerada a mais difícil e também mais rica em documentos oficiais. Difícil porque os Padres tiveram que se aprofundar a respeito de temas complexos da sociedade contemporânea. Para o Arcebispo, todo o esquema 13, sobre a Igreja em face do mundo contemporâneo, significou um grande esforço e um passo para definição das linhas fundamentais do comportamento da Igreja.

Ao encerrar-se o último período, onze documentos estavam promulgados:

1. Constituição Dogmática da Revelação.

2. Constituição Pastoral sobre a Igreja em face ao mundo contemporâneo.
3. Decreto sobre o múnus pastoral dos bispos.
4. Decreto sobre o ministério dos sacerdotes.
5. Decreto sobre a renovação da vida religiosa.
6. Decreto sobre o apostolado dos leigos.
7. Decreto sobre os seminários.
8. Declaração sobre Educação cristã.
9. Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs.
10. Declaração sobre as relações sobre liberdade religiosa.

Ao final dessa exposição sobre todas as fases do Concílio, dom Fernando faz algumas considerações. Segundo ele, João XXIII tornou-se a figura central em torno de que girava a expectativa do mundo que olhava com grande esperança o Concílio, que tinha com objetivo definido: seria um Concílio Pastoral, para apresentar a sociedade contemporânea a Igreja como “mãe amorosa” (Revista da Arquidiocese – 1966). Para isso, era necessário purificá-la internamente, desvencilhá-la de velhos hábitos humanos que se criaram ao longo da história.

Era mister arrumar a casa, colocar as coisas nos seus devidos lugares e depois abrir as portas, convidar os homens e dizer-lhes: eis a vossa casa; vinde e reconheci-vos mutuamente como irmãos; Deus é nosso Pai” (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p. 56).

D. Fernando sempre exaltou Paulo VI com sucessor de João XXIII, o qual entregou ao mundo o Concílio Ecumênico realizado em 08 de dezembro de 1965. Na ótica do arcebispo, o segundo papa foi totalmente fiel ao projeto inicial, que buscava a concórdia entre os homens, estimulava o diálogo entre a Igreja e seus membros e até com aqueles que já não se consideravam mais membros. Mas, sobretudo, buscava uma redefinição dos métodos eclesiais e da linguagem para alcançar novamente todos os homens:

Paulo VI constitui-se o Carlos Borromeu do Vaticano II, o exemplo e o modelo de quantos queiram operar na Igreja e no mundo aquela renovação de ideias de atividades, de costumes e de força moral, de alegria e esperança que foi o próprio escopo do Concílio (Revista da Arquidiocese de Goiânia – 1966, p. 56).

Sempre houve por parte da Arquidiocese de Goiânia uma preocupação de exaltar a participação de seu Arcebispo nas sessões do Concílio Vaticano II, principalmente nas intervenções orais:

“Vale ressaltar aqui que nosso Arcebispo tem tido atuação destacada naquelas assembleias de ressonâncias eternas, consagrando-se como o líder do episcopado nacional, em cujo meio S. Exa desfruta de alto prestígio, pelos imensos méritos pessoais e pela fecunda obra apostolar que vem executando em todas as Dioceses por onde passou” (Revista da Arquidiocese de Goiânia 1964, p. 461).

Das duas intervenções orais de D. Fernando, nos deteremos a sua participação na centésima primeira Congregação Geral do Concílio Vaticano, onde ele falou em nome dos 112 Bispos do Brasil e de outros países sobre o Esquema da Vida Ministerial do Sacerdote.

O Arcebispo ficou indignado com o Esquema, utilizou termos fortes para exemplificar sua indignação com a redação como, “grande decepção”, ”quase uma injúria” e “tratamento imperfeito” aos sacerdotes. O texto na ótica do Arcebispo fugiu do espírito teológico e pastoral dos outros esquemas:

... E, não raro, estabelece para os Sacerdotes coisas que não ousamos estabelecer para nós mesmos, como, por exemplo, as questões da pobreza, da vida comum, da fuga da vaidade, quer na maneira de vestir, quer na procura de títulos honoríficos (Revista da Arquidiocese de Goiânia, 1964, p. 462).

D. Fernando ainda insiste que o documento deve expressar uma imagem nova do ministro, pois se estamos falando de uma Igreja Nova, renovada e dinâmica, o ministro deve ser também assim revestido e reconhecido.

A verdadeira imagem do Ministro Sacerdotal, segundo a imagem da Igreja plenamente renovada, e de acordo com as legítimas exigências dos homens que, em meio às trevas, procuram o caminho, a verdade e a vida daquele eterno sacerdote, que continua presente nos nossos queridos Sacerdotes” (Idem).

O Arcebispo não fez um discurso inflamado apenas para cumprimento de uma mera formalidade (oportunidade para uma fala num conclave mundial). No final de sua fala e propôs para os Padres Conciliares a rejeição plena de parte daquele Esquema e nova elaboração para votação na próxima sessão.

O texto em exame não seja submetido à votação; redija-se um novo texto mais condigno, que se discuta e seja votado na próxima quarta Sessão do Concílio... Não nos deixemos levar pela pressa, que se opõe à perfeição”. O Arcebispo foi aplaudido de forma veemente (Idem).



Em outra intervenção oral, registrada no documento “Um dia com o Concílio”, assinada por Moreira Nascimento (1963), o Arcebispo Metropolitano de Goiânia, falou durante uma das últimas sessões do Concílio, defendendo a tese da descentralização do poder administrativo da Cúria Romana. Ele destacou com coragem que à Cúria romana compete o dever de assessorar os bispos, não fiscalizá-los. Assim como em sua outra intervenção, D. Fernando pediu que o esquema voltasse à Comissão de Redação para receber mudanças. E como anteriormente, o Arcebispo foi fortemente aplaudido, afirma o documento.

Finalizando essa busca por entendimento do espírito que formou, construiu e recepcionou o Vaticano na Arquidiocese de Goiânia, transcreveremos uma entrevista de D. Fernando ao jornal laico “Cinco de Março”. A matéria que foi divulgada dia 22 de maio de 1967 por esse órgão da Imprensa. Depois, a entrevista foi também reproduzida pela Revista da Arquidiocese de Goiânia de 1967 (p.451-454). Nessa entrevista, D. Fernando respondeu aos questionamentos de um jornalista secular sobre os pensamentos e propósito sociais da igreja. Consideramos suas respostas uma síntese da sua interpretação do evento Vaticano II.

A primeira questão parte da opinião pública: Houve quem afirmasse que a Encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI seria “marxismo requintado”. Dom responde que se tratava da velha tática de procurar pretender ofuscar o brilho do sol com nuvens de poeira. Para D. Fernando, retoricamente seria impossível imaginar o marxismo ensinando coisas como as que estão escritas na Encíclica *Populorum Progressio*:

Os missionários construíram, não somente igrejas, mas também asilos, hospitais, escolas e universidades. O homem pode organizar a terra sem Deus, mas, sem Deus só pode organizar contra o homem. Não aceitamos que o econômico se separe do humano. Nos desígnios de Deus cada homem é chamado a desenvolver-se (Revista da Arquidiocese, 1967, p. 451).

Na *Populorum Progressio*, o papa Paulo VI reforçou a compreensão de uma Igreja plenamente vinculada à vida do homem no mundo, ou seja, Igreja como povo de Deus: Não se tratava de uma Igreja constituída de Bispos e Padres, em que os outros membros são menos povo do que “massa”. Trata-se de um povo organizado que tem os seus líderes, os seus responsáveis, mas todos formam um verdadeiro “povo”, constituído de pessoas inteligentes e livres (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1967, p. 641).

A segunda questão é prática: Que fará a Igreja para aplicar a Encíclica no Brasil e principalmente em Goiás?

D. Fernando responde que desde que teve conhecimento do documento, não mediu esforços para buscar uma ação coordenada para o cumprimento dos ensinamentos de Paulo VI e naturalmente saiu em defesa do Papa:

A Igreja não é apenas o Papa, o Bispo ou o Padre. Todos os cristãos são chamados às mesmas responsabilidades perante Deus e perante os outros homens. Temos a impressão de que, em nosso meio, há não apenas uma grande responsabilidade da Encíclica, mas uma disposição generosa e eficaz de levá-la à prática. Nesse sentido, estamos convidando a todos, de todas as classes sociais. Unamo-nos e veremos como é possível traduzir em vida humana e social os ensinamentos da Igreja (Revista da Arquidiocese, 1967, p. 452).

A terceira questão colocada possui um tom capcioso: O aspecto político da Encíclica traz prejuízo para o aspecto religioso?

Na percepção de D. Fernando os poderosos senhores do mundo econômico não suportam a ação social da Igreja. Para o Arcebispo o que estava em jogo era a sobrevivência de pessoas indefesas, ele julgava irrelevante a questão partidária:

A Igreja, fiel intérprete do Evangelho de Cristo, compreende cada dia mais e melhor que é impossível pregar uma religião separada da vida ou uma religião contra a vida da grande maioria dos homens que constituem o mundo moderno. Soou a hora da ação, diz Paulo VI (Revista da Arquidiocese, 1967, p. 452).

A última questão selecionada visa o engajamento social e político da igreja católica em Goiás: D. Fernando foi questionado sobre a missão libertadora da igreja.

D. Fernando esclarece que a Igreja tem sido em todos os tempos, a defensora das liberdades fundamentais do homem. Para ele, muita gente acha que a Igreja é apenas a Hierarquia, isto é, o Papa e os bispos com seus sacerdotes.

No dia em que o laicato tomar consciência de seu lugar e de sua missão na Igreja, os cristãos não perguntarão mais aos bispos qual seja o papel da Igreja em face das liberdades fundamentais do homem. Em lugar de perguntar, o povo cristão unido a seus legítimos pastores, responderá, com sua vida atuante e sua ação eficaz, como, de fato, se defende a dignidade da pessoa humana, sobretudo por pobres e injustiçados (Revista da Arquidiocese, 1967, p. 454).

D. Fernando ainda se alonga sobre a questão anterior, afirmando que própria Igreja está fazendo uma séria e sincera revisão da maneira de administrar e aplicar os seus bens em

favor dos pobres. A Igreja caminha dentro de um imperativo eterno, mas com ressonância políticas e sociais.

A Igreja do Vaticano II tem como preocupação dos seus pastores de administrar e aplicar os seus bens em termos mais pastorais, isto é, colocando-os a serviço das obras de promoção humana e social. Esta será, sem dúvida, a meta predominante da Igreja em todo mundo (Revista da Arquidiocese, 1967, p. 454).

A forma como D. Fernando coloca e percebe o Vaticano II deixa transparecer que as implicações e o impacto do maior Concílio Ecumênico da História ainda não foram todas exploradas pela comunidade mundial. Desde o Papa Paulo VI todos os demais Papas buscaram novas interpretações do Vaticano II para Igreja Católica, em nosso contexto, temos o Papa Francisco apresentando uma igreja renovada, aberta aos novos modelos de uma nova conjuntura global. Estamos assim diante de uma Igreja que foi transformada pelo grande impacto do Concílio Vaticano II.

Nossa análise do Concílio Vaticano II à luz da participação de D. Fernando e da recepção pela Arquidiocese de Goiânia termina com a Conferência Geral do Episcopado Católico Latino-Americano em Medellín (1968).

Segundo Dussel (1992), nos anos 60 e 70 aparece na história da América Latina uma contradição entre o modelo da cristandade e nova Igreja: a permanência de uma geraria a destruição da outra. Uma Igreja hierárquica dificilmente poderia assumir esse novo jeito de pensar e viver a fé. Assim, nessa passagem para uma nova Igreja destacaremos a Ação Católica na Arquidiocese de Goiânia.

Para Hoornaert (2018), o grande sucesso de Medellín reside no fato de que os bispos saíram empenhados em executar em suas dioceses o comprometido assumido na Conferência. Poderíamos chamar o evento do Pacto pela opção pelo pobre. Na percepção de Hoornaert (2018), em Medellín (1968), o episcopado latino-americano deixa de ser teleguiado pelo Primeiro Mundo. Toma postura de Terceiro Mundo e enfrenta a realidade social, econômica e política do continente sul-americano.

Foram percebidas na Igreja Católica do Brasil várias ações sociais dos bispos que confirma a tese anterior:

Em Recife, Dom Helder troca o seu Palácio dos Manguinhos pela sacristia da Igreja Fronteira; em São Paulo Dom Evaristo vende o Palácio Pio XII e com renda constrói centros comunitários; No nordeste, Dom Fragozo deixa o palácio e vai morar na periferia... Há bispos que fazem minirreformas em terras de suas dioceses” (Hoornaert Eduardo. Medellín: 1968 não caiu do céu. Espaços Revista de Teologia e Cultura – São Paulo 2018).

Na elaboração desse texto foi apresentado em seus capítulos a opção pela justiça social e D. Fernando estava no meio desse mover especial em concretizado nos apelos de Medellín. Todavia, como apresentamos os vários momentos de atuação do Arcebispo em muitos contextos diferentes, pode ficar a falsa imagem de que sua participação foi pequena. Portanto, detalharei o pleno e satisfatório serviço prestado por D. Fernando a Arquidiocese de Goiânia, fruto tanto do Vaticano II como de Medellín.

Em 1968 criou o Centro da Ação Pastoral (que hoje leva seu nome). Em 1975, apoiou a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), fazendo de Goiânia o ponto de convergência dos chamados “Movimentos Transformadores” junto com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Em 1952 já havia sido um dos criadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e compôs diversas vezes comissões deste órgão. Foi presidente da Comissão de Comunicação Social em Medellín (1968), atuando também como Delegado e da referida Conferência trouxe para Goiânia a ferramenta das pequenas comunidades cristãs, que se tornaram as Comunidades Eclesiais de Bases nas décadas de 70 e 80.

Contribuiu ainda para criação da “Comissão de Justiça e Paz”, tanto no Brasil como em Goiânia. Tal organização que tem como missão primordial a promoção dos direitos humanos. Nesse contexto, buscou um diálogo com os militares, contudo, mostrando tentando mostrar que através da violência não se consegue a governabilidade. A Catedral onde celebrava serviu de abrigo para aqueles que fugiam do totalitarismo do regime militar.

Promoveu ainda a Reforma Agrária nos 320 alqueires da fazenda Conceição, na região de Corumbá de Goiás, assentando para 52 famílias. Nesse contexto, apoiou a luta pela terra de posseiros na periferia de Goiânia. Hoje, lembrando sua atenção à moradia temos dois bairros gigantescos que levam o nome de D. Fernando I e II.

Assim, a história da recepção do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Goiânia pode ser dividida em dois momentos históricos, antes e depois deste evento (Medellín) que fez de Dom Fernando Gomes dos Santos, um “Guerreiro da Paz”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ler os documentos de D. Fernando sobre as decisões conciliares, ao observar sua postura e atitude diante da Arquidiocese de Goiânia me fizeram admirar e respeitar a visão pastoral e teológica do Arcebispo.

A Igreja do Povo foi gerada no Concílio Vaticano II, contudo, estruturada na Conferência de Medellín (1968) e recepcionada aqui no Centro Oeste Brasileiro com grande entusiasmo. D. Fernando impulsionado por esse novo modo de ser Igreja trouxe para o planalto central uma Igreja que caminha junto com o povo, que estabelece um diálogo aberto e franco com sua comunidade. O Arcebispo seguindo as orientações tanto de João XXIII como de Paulo VI, apresentou uma Igreja mais simples, a “velha estrutura” foi substituída por uma aproximação com os oprimidos. Entendo que D. Fernando foi de uma tremenda ousadia ao propor uma mudança tanto radical de paradigma numa sociedade conservadora. Todavia, os resultados comprovam que João XXIII verdadeiramente fora “iluminado” ao fazer a Convocação do Concílio.

Ao fazer uma comparação das mudanças trazidas pelo Concílio Vaticano II, podemos concluir que a Igreja possuía traços medievais, a instituição era marcada pela centralização hierarquizada do poder clerical. O princípio da Comunhão deixou de ser condição fundamental, fator que afastou da Igreja Católica algumas denominações cristãs. Com o Vaticano II a disposição do diálogo com os chamados de “irmãos afastados” promoveu uma reconciliação universal, nasceu aqui uma tentativa do entendimento ecumênico universal. O Concílio foi marcado pelo retorno da unidade entre os Ortodoxos e os Romanos na Sessão de Abertura.

Foram reiteradas vezes aqui destacadas como o Concílio impactou socialmente o mundo. A Igreja redimensionou sua visão sobre a litúrgica, houve uma valorização da atuação dos leigos e da importância do serviço comunitário. Aqui destacamos o retorno do estudo bíblico nas comunidades. Porém, não estávamos apenas diante de algumas transformações internas, a Igreja agora tinha um novo propósito num mundo marcado pelo conflito ideológico da chamada Guerra Fria.

Existe um consenso entre todos os autores aqui citados, o Concílio convocado pelo “Papa bom”, tinha um caráter eminentemente pastoral. João XXIII percebeu que sua Igreja precisava ouvir o povo, necessitava de convidar novamente a grande massa católica para tomar parte ativamente da Igreja.

O Vaticano II trouxe uma série de princípios que revolucionaram a percepção de vida de milhares de pessoas por todas as partes do globo, princípios norteadores que aqui destacaremos: Colegialidade – o modo como a Igreja toma suas decisões foi alterado, o clero passou a consultar suas bases, ou seja, passou a caminhar junto com os fiéis. Relação entre a Igreja local e universal - o Concílio contribuiu para o desenvolvimento da comunhão entre as Igrejas, deixando de lado a visão das igrejas particulares como filiais da matriz que seria a Igreja Universal. Ação colegial do episcopado – o poder de ordem de um bispo não seria diferente do que o do Papa, pelo contrário, são iguais, todavia com proporções diferentes. O laicato – a partir do Vaticano II, cada indivíduo é reconhecido como sacerdote.

Para finalizar retornaremos a estrutura dos capítulos, revelando de forma sucinta a intenção e propósito de cada um deles. No primeiro, foi apresentada uma visão geral e contextual do Concílio, partimos da Convocação, Preparação e Realização. Em nosso primeiro olhar do Concílio elegemos com ponto central da pesquisa a restauração de temas e acontecimentos esquecidos do extraordinário conclave da cristandade. Contudo, naturalmente fomos entendendo que o Concílio ficou marcado pela renovação eclesiológica.

Já o segundo capítulo surge a Igreja como povo de Deus, mostrando como foi a trajetória para se chegar a essa opção tão particular via Vaticano II. Dom Fernando deixou claro com sua vida e mistério que a Arquidiocese de Goiânia passou a tratar a Igreja na categoria de Povo de Deus. Dentre as várias ferramentas para auxílio da missão da Igreja, o Arcebispo focou no sujeito, isto implicou englobar na vida eclesial àqueles que simplesmente não faziam parte. Essa escolha antropológica da Arquidiocese fez toda diferença para o seu crescimento.

O último capítulo traz a recepção conciliar à luz das práticas e vivências do próprio D. Fernando durante a realização do Concílio e no período pós-conciliar. Em suas cartas pastorais, o Arcebispo busca fazer um exame do que foi o Vaticano II, elencando as suas contribuições irrenunciáveis e limitações na formação desse novo modo de ser Igreja. Após elencar os avanços que o Concílio Vaticano II proporcionou no diálogo com o mundo moderno marcando assim o início da modernidade da Igreja Católica. D. Fernando destaca ainda em seus escritos e sermões a necessidade inegociável de uma eclesiologia libertadora que nasceu nas sessões conciliares.

Por fim, gostaria de terminar citando o slogan da capa da Revista Especial da Arquidiocese (1995) por ocasião do aniversário de dez anos da morte desse fantástico pastor, pregador, escritor, comunicador, agente de transformação social, homem do povo, amigo dos oprimidos, reformador, homem do Sertão, teólogo do Vaticano (Nomeado Assistente do Sólido

Pontifício por João XXIII), “cidadão goianiense”, o qual tive o privilégio de pesquisar por dois anos no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central orientado pelo Dr. Eduardo Gusmão de Quadros: DOM FERNANDO VIVE ENTRE NÓS.

## REFERENCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe. *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.
- ALBERIGO, Giuseppe. et al (Coordenador). *História do concílio vaticano II (Vol. 1.): O Catolicismo Rumo à Nova Era*; Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- ALBERIGO, Giuseppe. *História do concílio vaticano II (Vol. 2) O Catolicismo Rumo à Nova Era*; Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ALVES, Rubens. *Protestantismo e Repressão*, São Paulo, Ática, 1982.
- AMADO, Wolmir Therezio. A eclesiologia em Dom Fernando pós Medellín. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n. 2, p. 54-70, 1995.
- \_\_\_\_\_. A Igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil (1950-1968). Goiânia: UCG, 1996.
- \_\_\_\_\_. Centenário de Dom Fernando. *Brasil Central, Goiânia*, n. 508, p. 4i, março de 2010.
- \_\_\_\_\_. Há cinco anos Dom Fernando partiu. *Revista da Arquidiocese, Goiânia*, n.4/5/6, p. 182-185, abr./mai./jun. 1990.
- BARAÚNA, G., *A Sagrada liturgia renovada pelo Concílio*, Petrópolis, Vozes, 1964.
- BARAÚNA, G., *A Igreja do Vaticano II*, Petrópolis, Vozes, 1965.
- BARAÚNA, G., *A igreja do Mundo de Hoje*, Petrópolis, Vozes, 1967.
- BARROS, R. C. de, *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*, Petrópolis, 1994.
- BARROS, R. C. de *A História Cultural Francesa – caminhos de investigação. FÊNIX – Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 2, n. 4, p. 1-17, Out. /Dez. 2005.
- BEOZZO, J.O. *A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BEOZZO, J.O. (organizador). *A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio. História do Concílio Ecumênico Vaticano II*, São Paulo, 1993.
- BOMBONATTO, V.I. e GONÇALVES, P.L. (ORG.) *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo. Paulinas, 2004
- BORGES, Lindsay – *Revista da Arquidiocese de Goiânia (1957-67): as representações das diferenças e a construção da unidade religiosa* – Goiânia: Ed. UCG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Uma Trajetória Emblemática: centenário de nascimento de D. Fernando Gomes dos Santos* – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Memória e sacralização de Dom Fernando Gomes dos Santos: O “ARCEBISPO Arcebispo da Providência”*. Tese de Doutorado, UFG – Goiânia, 2011
- BOSCH NAVARRO, Juan. *Para compreender o ecumenismo*, São Paulo, Loyola, 1995.



- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *A Bênção de Abril, "Brasil Urgente": Memória e engajamento Católico no Brasil 1963-1964*, Petrópolis, Vozes, 1983.
- CAMACHO, Idelfonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *A igreja católica e a evolução de sua compreensão em torno dos direitos humanos. Anais do Congresso ANPTECRE*, v. 5, 2015.
- Carta Pastoral de D. Fernando à Arquidiocese de Goiânia: Concílio Vaticano II*. Goiânia. (1962).
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. In: *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 5, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Org. Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Uma crise da História? A história entre narração e conhecimento*. In: *Pesavento, Sandra Jatahy (Org.)*. Fronteiras do milênio. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Do palco à página*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CRAWFORD, Robert. *O que é religião?* Petrópolis: vozes, 2005.
- CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa*. São Paulo: Paulinas, 2001
- COMISSÃO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA (CEHILA). *Para uma história da igreja na América Latina - O debate metodológico*; Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. (DUSSEL)
- CONGAR, Yves. *Igreja e Papado*. São Paulo: Loyola, 1997
- DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- DUARTE, T. M. *Se paredes da catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/1985)*. Dissertação de Mestrado, UFG – Goiânia, 1996.
- DUBY, Georges. *Problemas e Métodos em História Cultural*. In: *Idade Média, Idade dos Homens – do Amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUSSEL, Enrique. 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas: da Idade da Pedra aos Mistérios de Elêusis*. Rio de Janeiro: ZAHAR; 2010.

FERREIRA, Mário Jorge de Souza. Tese Mestrado: A Reforma litúrgica do Vaticano II. A importância da música para a participação dos fiéis na liturgia. Porto: 2015. UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA FACULDADE DE TEOLOGIA.

FIERRO, Alfredo. O Evangelho Beligerante. São Paulo: Paulinas, 1982.

GINZBURG, Carlo. *Representação: a palavra, a ideia e a coisa*. In: \_\_\_\_\_. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUTIÉRREZ, Gustavo. A atualidade de Medellín. In: PADIN, Dom Cândido et al. Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 1998.

JUNGES, José Roque – *Entrevista. publicada na edição número 401*, da Revista On-Line do Instituto Humanista Unisinos de 03/09/2012.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *Em busca do tempo sagrado. Tiago de Varazze e a Lenda Dourada*. RJ: Civilização Brasileira, 2014.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

LIBÂNIO, J.B. *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento. Cadernos Teologia Pública Ano 2 – Nº 16 – 2005* Universidade do Vale do Rio dos Sinos Instituto Humanitas Unisinos - São Leopoldo RS Brasil.

MARIAE, Servus. *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)* – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MELO, A. A. de. O Vaticano II: *origens, avanços, perspectivas. Interações: Cultura e Comunidade*, vol. 8, núm. 13, Janeiro/Junho, 2013, pp. 17-38 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Uberlândia Minas Gerais, Brasil.

MÉRIDA, V.C.; JR, R.M.R. *O Concílio Vaticano II e o Aggiornamento da Igreja Católica. Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico. Nº 3*, volume 1, artigo nº 16, Janeiro/Junho 2017.

MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

PAIVA, José Pedro. O cerimonial da entrada dos bispos na suas dioceses: uma encenação de poder (1741- 1757). *Revista de História das Idéias*, v. 15, p. 117-146, 1993.

- PASSOS, J. Décio. *Concílio Vaticano II; reflexões sobre um carisma em curso*. São Paulo: Paulus, 2014.
- PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História da Civilização Brasileira*. v. 4. São Paulo: Difel, 1984. p. 343-380.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano*. In: MAUCH, Cláudia; et al. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/ Canoas/ São Leopoldo: Ed. da UFRGS/ Ed. Ulbra/ Ed. Unisinos, 1994, p. 126-143.
- PESAVENTO, *O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social*. Revista Cultura Vozes, n. 5, 1995.
- PESAVENTO, *Indagações sobre a História Cultural*. Revista ARTCULT, n. 3, 2001.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- QUADROS, Eduardo G. de, SILVA, Maria da C. (Orgs.). *Sociabilidades religiosas: mito, ritos e identidades*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- Revista da Arquidiocese de Goiânia 1959-1965*.
- SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. *Sem violência e sem medo*. Goiânia: Ed. UCG, 1982.
- \_\_\_\_\_. A eucaristia, fonte e fim da Ação Católica. Revista Vozes, p. 584-594, set./out. 1947.
- \_\_\_\_\_. Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime. In: *Sem violência e sem medo: escritos, homilias e entrevistas*. Goiânia: UCG, 1982b. p.231.
- SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. “Verbalização do Sagrado” em tempos de Fronteira: *A recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão, 1959-1979 – Tese de Doutorado em História*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015.
- SCHIMITT. Jean-Claude. *O Corpo das Imagens – Ensaio sobre cultura visual na Idade Média*. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru, SP: Edusc: 2007.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SMITH, Wilfred Cantwell. *O sentido e o fim da religião*. São Leopoldo: Sinodal: 2006.
- SOUZA, Candice Vidal. *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- OLIVEIRA, Manuel de Souza. *O Círculo Operário na Paróquia de Patos. Homenagem da Paróquia de Patos ao seu ex-vigário*, Patos, PB, p. 22, 1943.

OTTO, Rudolf. *O sagrado. São Leopoldo*: Sinodal: 2007.

TEIXEIRA, Faustino (Org.) *Sociologia da Religião: Enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. HISTÓRIAS DE FÉ E VIDA NAS CEBs. Revista Concilium, v. 296, n. 3, 2002, pp. 38-46)

THÉLÈNE-COLIOT. *Catherine. Max Weber e a História*. SP: Brasiliense, 1995.

VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à Nova Cristandade (1891-1955)*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós Graduação em História: UFG, 1997.

O jornal Brasil Central (1957 p. 2)